

A vida sob as marquises



Moradores de rua Ainda que os números sejam contestados por movimentos sociais, o cadastro da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) aponta 1,5 mil indivíduos utilizando os serviços de acolhimento

disponibilizados pela prefeitura na capital. Perdas familiares, violência e vícios são as principais causas que levam esses indivíduos a morar sob marquises nos grandes centros urbanos. Há mais de dez anos, a UFRGS re-

aliza projetos com essas populações, sendo que o principal deles é o *Universidade na Rua*, que aproxima realidades distintas: a da academia e a das ruas. **CadernoJU**

CULTURA

Memórias do samba

Cantor de bailes e serenatas, Jorge Domingos revê sua trajetória contando histórias e cantando canções que marcaram sua vida. Com saudades do pai, ele soltou a voz numa roda de amigos e desde então não parou mais de cantar.

Foi convidado a se apresentar em clubes e chegou a ser o solista de uma orquestra. Para renovar o repertório, ele diz que aprendia canções escutando rádio, nos primórdios da Guaíba. Para memorizar, lia a seção *A Guaíba ensina*

os sucessos, na Folha da Tarde. Atualmente, seu Jorge é morador da Restinga, na zona sul da capital, onde recebeu a equipe do JU para conversar sobre os bailes e as serenatas que tanto caracterizaram a Porto Alegre dos anos 50.



P13



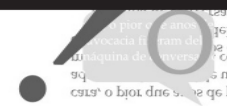
EDUCAÇÃO

Projeto busca debater política em turmas de ensino médio p8

CIÊNCIA

Apesar dos avanços, ainda incomoda discutir o aquecimento global

P11



Espaço da
Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Em 2016, esperanças renovadas

O ano de 2015 foi difícil para as universidades federais. A necessidade de revisão dos gastos foi confirmada em maio, o que estabeleceu novos limites de custeio e capital. Na UFRGS, fizemos uma reprogramação financeira e chegamos ao final do ano tendo executado todo o orçamento com um corte de apenas 5%. Determinação, bom senso e compreensão de todos os envolvidos foram fundamentais para que o início de novas obras fosse postergado e para que os muitos contratos de prestação de serviços fossem revistos.

A boa notícia é que, apesar da situação adversa, a UFRGS efetivou os compromissos acadêmicos e avançou significativamente em diversas áreas. O calendário acadêmico, mesmo com uma prolongada greve de servidores, foi encerrado no prazo, as avaliações da qualidade seguem

muito positivas e a visibilidade internacional continua avançando. Os concursos realizados possibilitaram a contratação de docentes e técnicos; foram lançados novos sistemas informatizados de gestão e de relacionamento com a sociedade, além de terem sido contratadas novas obras e concluídas e entregues à comunidade as que estavam em andamento.

Não há como não reconhecer como preocupante e grave a crise política que vive o Brasil. A sociedade assiste atônita às tentativas de desestabilização de nossa jovem democracia. As universidades federais, que historicamente tiveram ativa participação no processo de redemocratização do país, devem reafirmar seu compromisso com a defesa do Estado de Direito e com a vontade soberana do povo brasileiro.

Atingimos o limiar de 2016, e com ele mais um ciclo de renovação institucional com o ingresso de novos calouros – jovens que vêm buscar educação, oportunidades e formação cidadã. Chegam com esperança de construir o futuro. E esse sentimento deve valer para todos nós.

Devemos cultivar a esperança para o ano que se inicia e, assim como escreveu nosso poeta Mário Quintana, “Lá, bem no alto do décimo segundo andar do Ano Vive uma louca chamada Esperança...”, temos de desafiar a racionalidade dos indicadores e das previsões e nutrir a coragem de enfrentar as dificuldades sem perder de vista a nobre missão institucional de democratizar o acesso à educação transformadora e de qualidade.

Desejo um ano de 2016 de esperança, de realizações e de paz!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann

Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello

Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial

Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editor
Flávio Dutra (interino)

Subeditora
Jacira Cabral da Silveira

Repórteres

Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico

Juliano Brunl Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação

Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia

Flávio Dutra (Editor)

Revisão

Antônio Paim Falcetta

Bolsistas (Jornalismo)

Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto e João Pedro Teixeira

Circulação

Cristiano Lipp Heidrich e Juliana Gonçalves Mota

Fotolitos e impressão

Gráfica da UFRGS

Tiragem

14 mil exemplares

ufrgsnoticias

Artigo

Base Nacional Comum e a História: um terreno de disputas

Desde que a História se tornou disciplina com objetivo de ciência – no começo com semelhanças com as ciências exatas –, ela é terreno de disputas. Da formação de estados nacionais, da memória regional até deite intelectual, ela variou de forma, objetivo e metodologia. A escola, como ambiente para a formação de futuros cidadãos, passou também por várias fases historiográficas: ensinou que a história era a dos heróis, era a da luta de classes, era a dos grupos oprimidos, entre outras. Ou seja, seu terreno é lugar de disputa política que transparece na concepção do que deve ser ensinado em história. A Base Curricular lançada pelo Ministério da Educação como documento preliminar e ainda passível de modificação exterioriza o conflito de concepções historiográficas que existe e já é latente entre os profissionais da área.

No ensino médio, o documento divide em quatro eixos principais os conteúdos que deverão estar presentes nos currículos espalhados pelo país: procedimento de pesquisa; representação de tempo; categorias, noções e conceitos; e política cidadã. A ênfase representa um giro de 180 graus de uma história tradicionalmente direcionada à Europa, com o apare-

cimento da África a partir do século XIX, por ocasião do imperialismo, o ensino de história no ensino médio voltado ao Brasil e à África, com representações dos indígenas pré-colombianos. A história Antiga e Média é inexistente, sendo que a Moderna aparece apenas na medida em que se relaciona com o Brasil do século XVI. Muda-se o foco completamente e temos, finalmente, uma história que não é mais eurocêntrica, mas talvez “africano-cêntrica” ou “brasiliocêntrica”. Os historiadores não deveriam estar satisfeitos? Durante muitos anos, não criticamos a narrativa preocupada em demasia com o Velho Mundo?

Outra característica da base comum é a ênfase nos aspectos culturais, sociais e conceituais em detrimento dos políticos que durante décadas – possivelmente séculos – nortearam os currículos e a separação por anos no ensino básico. Para professores que trabalham com educação básica, basta dizer o ano, e nomeamos os conteúdos, geralmente políticos, daquela etapa do ensino. Tal modelo foi por nós, docentes, dezenas de vezes criticado. Demonstramos suas falhas e suas faltas. No entanto, é possível descaracterizá-lo por completo, sem reflexões sobre democracia,

república e separação dos poderes tão caros à sociedade em que vivemos? Numa época em que o Ocidente é questionado, podemos entender o Brasil isolado do contexto europeu, sem perceber as influências que os conflitos que ocorreram nesse continente provocam em nosso país? Podemos retirar por completo a história Antiga e as primeiras noções sobre democracia, direito e república? A Idade Média e o entendimento do nascimento da religião islâmica, por exemplo, podem ser negligenciados? Podemos esquecer a predominância da Igreja Católica, o Renascimento e a Reforma Protestante que está na raiz do movimento evangélico brasileiro?

É preciso afirmar, entretanto, que a discussão que permeia o currículo em história é uma questão teórica cara aos profissionais. Que história deve ser escrita, patrocinada e, nesse caso, ensinada? A concepção defendida pelo Ministério é presentista e imediatista. Ela torna os debates contemporâneos norte para o entendimento e a compreensão da história humana. O que não faz parte das discussões atuais está fora do currículo, mesmo que o preço disso seja uma formação humana falha na estrutura da compreensão dos sistemas políticos e jurídicos que formaram o Brasil. E

nisso podemos apontar as contradições do documento apresentado. Como enfatizar tanto nossa nação, desconsiderando que ela foi conformada pelas visões europeias? Mesmo sobre o ponto de vista da história local, centralizado pela base, muitas cidades foram criadas segundo modelos portugueses, espanhóis, italianos, alemães, entre outros. Se, durante anos, a história africana foi colocada em segundo plano, devemos agora substituir o problema, negligenciando a base pela qual percebemos e compreendemos a história até o momento?

Se os profissionais, durante décadas, criticaram a história conteudista e eurocêntrica, não desejamos necessariamente manter o modelo apenas mudando a ênfase. Negligenciar o que até aqui foi ensinado e pesquisado, formando bibliotecas e museus ao redor do mundo, é um erro grave que, se seguir em frente, pode trazer falhas sérias à formação de nossos estudantes. Não nos enganemos: currículo é escolha, e negligenciar informação é um modo de marginalização social.

Debora Regina Vogt
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JAN/2013



Calouros

Seja bem-vindo

Passar no vestibular é apenas a primeira etapa para ingressar na Universidade, ainda que isso tenha representado muito suor e noites sem dormir. Depois de pintar a cara e receber os parabéns dos vizinhos que viram a faixa pendurada na fachada da sua casa – Bixo 2016 –, é hora de você inteirar-se de algumas informações importantes.

Seu canal principal de contato com a Universidade – depois do seu curso, é claro – é a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, a PRAE, que fica no térreo do Anexo III da reitoria, no Câmpus Centro. Virtualmente, você pode acessá-la no endereço <http://www.ufrgs.br/prae>, onde encontrará informações como o Programa de Benefícios: restaurante universitário (RU), auxílio material de ensino (AME), auxílio creche, moradia estudantil e auxílio saúde.

Para dispor de tais benefícios, é necessário estar atento aos editais que os divulgam. Esses editais são disponibilizados aos estudantes cerca de um mês antes do início das aulas, para que

tenham tempo de providenciar a documentação necessária e tirar dúvidas com antecedência. Sendo assim, a cada semestre tem-se a publicação de dois novos editais: um que trata exclusivamente do benefício de moradia estudantil; e outro, dos demais benefícios.

Aspecto também importante é a confecção do Cartão UFRGS, pois é com ele que você terá acesso a serviços como os das bibliotecas e dos restaurantes universitários. Além disso, alguns prédios têm catracas para permitir apenas o acesso a pessoas devidamente identificadas. O cartão é confeccionado gratuitamente na Central de Identificação, no Anexo 1 da reitoria, na portaria ao lado da GERTE, no Câmpus Centro.

Desde agosto do ano passado, a comunidade universitária passou a acessar notícias, consultar o cardápio dos RUs e renovar os empréstimos de livros pelo aplicativo *UFRGS mobile*. A ferramenta está disponível para usuários de smartphones Android e pode ser baixada pela Play Store: bit.ly/UFRGSmobile. A versão para iOS, sistema

operacional utilizado nos aparelhos Apple, está em fase final de desenvolvimento e deverá ser disponibilizada ainda no primeiro semestre de 2016.

E entre uma aula ou outra, quando você tiver um tempinho, confira a programação dos espaços culturais da Universidade. A Sala Redenção, no Câmpus Centro, frequentemente exibe mostras de cinema organizadas tanto pela equipe da Sala quanto por parceiros de diferentes unidades. Um dos mais frequentes é a Liga de Direitos Humanos, que sempre promove debates após a exibição dos filmes. O Salão de Atos, próximo à reitoria, é palco de consagrados projetos, como o Unimúsica – que além de promover a música popular também organiza oficinas abertas à comunidade, debates e encontros com os artistas. No Teatro Tasso Correa, no térreo do Instituto de Artes, há permanente programação musical, incluindo músicos profissionais e alunos. Existem ainda espaços e ações culturais cujas programações são divulgadas no site da UFRGS. Seja bem-vindo e mantenha-se informado.

Avaliação

Segunda melhor do país

Conforme resultado da avaliação anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), divulgado em dezembro, a UFRGS obteve a segunda posição geral entre as instituições de todo o país, atrás apenas da Unicamp. A Universidade foi classificada também como a melhor federal do Brasil e a melhor instituição entre as universidades gaúchas. O IGC-Contínuo da UFRGS subiu de 4,29 para 4,35, de um máximo de 5 pontos.

O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior. Seu cálculo leva em conta o Conceito Preliminar de Curso (CPC), a média dos conceitos das pós-graduações stricto sensu atribuídos

pela CAPES e a distribuição dos estudantes entre a graduação, o mestrado e o doutorado. A classificação, referente ao ano de 2014, abrange um conjunto de 230 universidades e institutos federais. No total, são avaliadas 2.042 instituições de ensino superior.

A UFRGS recebeu o maior conceito para mestrado: 4,89. Diversas graduações também obtiveram destaque no levantamento do Inep. Os cursos de Design, Licenciatura em Letras – Português e Espanhol, Relações Internacionais e Serviço Social foram os primeiros colocados em suas áreas. Também chamam a atenção pelo bom desempenho as graduações em Biomedicina, Fisioterapia e Publicidade e Propaganda.

RUs

Horário de verão

Assim como ocorre todos os anos no período de férias acadêmicas, os restaurantes universitários sofrerão algumas alterações no atendimento ao público. Depois do recesso de final de ano, a reabertura está prevista para ocorrer no dia 18 de janeiro, num sistema de rodízio. Até o dia 31 de janeiro, os usuários poderão realizar suas refeições nos restaurantes RU 2 (Saúde), RU 3 (Vale) e RU 4 (Agronomia), sendo que estes dois últimos não servirão janta, apenas almoço. Entre os dias 1.º e 26 de fevereiro, abrem os restaurantes RU 1 (Centro), RU 5 (Esefid) e RU 6 (Vale II – Setor 4), todos servindo almoço e janta.

De acordo com a coordenação dos RUs, o reinício

do atendimento em janeiro (tanto para o período entre 4 e 15 quanto para o sistema de rodízio a partir do dia 18) depende da abertura do orçamento da União para a assinatura de contratos de gêneros alimentícios perecíveis (carnes, hortifrutigranjeiros e pães). Segundo último levantamento realizado para este período do ano, os restaurantes serviram em média 3.500 refeições diárias em janeiro, encerrando o mês de fevereiro com 11 mil refeições-dia: “Possivelmente pela proximidade do reinício das aulas”, comenta Cassia Corbo, diretora da Divisão de Alimentação dos RUs, em função do aumento expressivo de usuários.



Conhecendo a UFRGS

Preocupação com os alimentos

A fraude em produtos de origem animal, como o leite, e o enriquecimento ilícito consequente dessa prática vêm se tornando um assunto bastante discutido na sociedade. Foi com o objetivo de inspecionar esses alimentos e informar a população sobre as pesquisas desenvolvidas acerca deles que surgiu na UFRGS, em 2006, o Grupo de Pesquisa LeiteCia.

Vinculado à Faculdade de Veterinária, o laboratório trabalha com leite e derivados, ovos e mel e mantém parceria com o curso de Farmácia. “O LeiteCia realiza projetos de pesquisa. Buscamos informações, desenvolvemos produtos, avaliamos questões sanitárias e capacitamos pessoas. Há uma vinculação direta da pesquisa com o ensino, e também trabalhamos com a comunidade”, explica a professora da Faculdade de Veterinária da UFRGS Verônica Schmidt.

Além disso, o Grupo mantém projetos conjuntos relacionados aos cuidados com os animais produtores de leite e ovos. Para Verônica, as precauções sanitárias garantem a qualidade do produto final. A partir dos projetos de extensão, o laboratório promove eventos para discutir a importância dos alimentos de origem animal e ações de divulgação por meio de folders e da página do Grupo no Facebook.

Quando perguntada sobre as fraudes no leite, a coordenadora do Grupo, Andrea Troller, atribui o crescimento das denúncias no estado às investigações realizadas pelo Ministério Público. O LeiteCia, inclusive, colabora na análise dos leites apreendidos. A professora Irene Külkamp, da Faculdade de Farmácia da Universidade, lembra que as fraudes com esse produto fundamental à saúde não visam prejudicar o consumidor, e sim gerar lucros maiores aos produtores. Andrea ressalta que, além desses aspectos, “a importância do LeiteCia para a Universidade é justamente formar alunos sintonizados com a realidade produtiva local”.

James Mello e Victória Netto,
alunos de Jornalismo da Fabico

Assista ao programa

Conhecendo a UFRGS vai ao ar no dia 19 de janeiro, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18h



Uma reflexão sobre a catástrofe no rio Doce e o frágil sistema ambiental brasileiro

Fernando Gertum Becker*

A onda de lama resultante do rompimento da barragem da Samarco é uma catástrofe ambiental. Nada menos do que catástrofe se pode denominar um evento que, em espaço de poucos dias, causa efeitos ambientais diretos sobre dois estados brasileiros, Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo cerca de 700 km de rio, e chegando a uma área marinha de dimensões ainda indefinidas. Esta é, digamos, a parte simples, inquestionável e quase trivial da análise da situação. Diga-se ainda que a gravidade do problema não pode ser atenuada pelo fato de que a bacia do rio Doce já se encontrava com problemas ambientais sérios antes da onda de lama. Do ponto de vista do sistema físico-biológico desta bacia, possivelmente ocorra justamente o contrário: a fragilidade ambiental na condição pré-rompimento da barragem compromete a capacidade de recuperação.

É preciso compreender melhor tudo o que aconteceu na bacia do rio Doce por dois motivos: o de tentar atenuar e recuperar minimamente os impactos ocorridos, e o de evitar que catástrofes semelhantes voltem a ocorrer. Para isso, é necessário responder a algumas perguntas gerais, como: Por que foi concedida licença a uma barragem com risco de danos ambientais – e perda de vidas – tão evidente? Quais as causas do rompimento? Qual o tamanho do dano ambiental em suas diferentes dimensões (humana, econômica, biológica)? Em que medida pode haver recuperação, quanto tempo leva, a que custo, quem se responsabiliza por sua efetividade e quem paga? Como se depreende a partir do noticiário e das redes sociais, pode se responder a todas essas perguntas sob prismas distintos, que não se excluem mutuamente:

o técnico-científico, o jurídico, o político, o sociológico, o gerencial e até o filosófico. Ao longo das últimas semanas, essas perspectivas foram levantadas por muitos analistas, tanto jornalistas como ambientalistas e cientistas. Entre vários textos, é particularmente sensível, abrangente no conteúdo e agudo na indignação o texto *A Lama*, de Eliane Brum, de 30/11/2015, publicado no jornal *El País*. A abordagem técnica é talvez a menos complicada, em que pese a complexidade do problema – afinal, quantos cientistas e gestores ambientais já se depararam com uma catástrofe ambiental desse porte? Em alguma medida, biólogos, geólogos, engenheiros e outros profissionais dispõem de possibilidades metodológicas para buscar soluções, mesmo que não haja um pacote tecnológico na estante. Uma das dificuldades para que esse potencial de atuação da área técnica seja efetivo está no âmbito político-gerencial. Há pouco mais de um mês do rompimento da barragem da Samarco, seria natural que houvesse uma avaliação preliminar dos impactos e das ações em andamento. Entretanto, uma tentativa de descobrir algo básico – quantas pessoas foram afetadas? – produz números muito variados, disponíveis somente a partir de fontes secundárias (mídia e redes sociais). A busca de informação é uma tarefa praticamente de garimpo. Nas páginas dos órgãos ambientais, com informações fragmentadas, predominam breves comunicados não técnicos; há pouca transparência. A melhor iniciativa nesse sentido talvez venha a resultar de um grupo independente de profissionais e cientistas voluntários (GIAIA). E depender do empreendimento causador do impacto como fonte de informação, sem mecanismo de controle, é evidentemente inaceitável.

Se ainda não conseguimos avaliar as

dimensões dos impactos, nesse momento parece pouco prudente avaliar as perspectivas de recuperação. Por enquanto, o que se pode dizer é que tais perspectivas variam muito, dependendo do aspecto examinado. Vidas perdidas não se recuperam; a tristeza pela perda da única foto dos pais não se recupera; espécies extintas não se recuperam. As populações de algumas espécies de peixe se recuperarão, algumas talvez em pouco tempo, outras em algumas décadas (quem monitora, quem maneja, quem paga?). A qualidade de água para consumo humano pode ser recuperada, talvez rapidamente (quanto, onde, a que custo, quem paga?).

Poderíamos pensar que, com tanta lama no ventilador, houvesse no país, no setor público e político, nos setores econômicos e empresariais, um fortalecimento da preocupação com a prevenção de impactos ambientais, e que com isso se revertesse o cenário geral, que parece ir em sentido contrário. Porém não é o que está acontecendo. O Senado Federal está em vias de aprovar a flexibilização do licenciamento justamente para os empreendimentos que trazem em seu bojo riscos ambientais de grande magnitude, como as barragens de mineração. Há poucos dias, os deputados estaduais de Minas Gerais aprovaram projeto que fragiliza o licenciamento ambiental naquele estado. No Rio Grande do Sul, segue-se essa mesma linha com a proposta de extinção da Fundação Zoobotânica e a fragilização da FEPAM. Diante da insensibilidade à comoção pública após a onda de lama no rio Doce, parece evidente que boa parte dos representantes políticos nos poderes legislativos e executivos não está trabalhando pelo ambiente, pelo interesse público e pelo bem comum.

Portanto, no cenário político não estamos avançando no sentido de prevenir catástrofes ambientais e, numa perspectiva mais ampla, de garantir sustentabilidade. Ao contrário, estamos aumentando a chance de ver novas catástrofes e produzir conflitos sócio-ambientais. Não podemos prevenir catástrofes ambientais com 100% de certeza, mas podemos melhorar em muito nossa capacidade de identificar empreendimentos de alto risco, de reconhecer as causas de catástrofes que vierem a ocorrer, de reagir para salvar vidas e diminuir impactos ambientais. Embora a tarefa seja complexa, alguns princípios parecem evidentes: é preciso aprender com os erros e as experiências; é preciso aperfeiçoar o sistema de gestão ambiental, e não desmontá-lo; a sustentabilidade ambiental deve integrar qualquer projeto de país e de Estado. Isso é inquestionável e quase trivial. Na realidade, o sistema de gestão ambiental brasileiro já dispõe de ferramentas e regras que dariam conta de boa parte das situações, especialmente para evitar os problemas mais graves. Seu funcionamento está longe da perfeição, porém a razão de sua dificuldade em evitar danos e conflitos sócio-ambientais está muito menos na ineficiência burocrática ou na falta de capacidade técnica e muito mais na ingerência de interesses despreocupados do bem coletivo, da qualidade ambiental e do interesse público. Afinal, se examinássemos uma barragem com localização e condições similares àquelas de Bento Rodrigues e considerássemos o histórico de rompimentos de barragens de mineração, não parece que seria fora de propósito evitar sua existência.

Professor do Centro de Ecologia
do Instituto de Biociências / UFRGS





FLÁVIO DUTRA/JU



Para especialistas, a mulher só é vista pelo lado reprodutivo e sua saúde sexual é ignorada

Machismo contamina

Prevenção

Como os padrões de gênero colaboram para a propagação de DST e AIDS

Há décadas já se sabe que a única forma de proteção à maioria das doenças sexualmente transmissíveis é o uso do preservativo. Em muitos países, porém, a epidemia de DST e AIDS não apresenta respostas ao combate, aumentando o número de vítimas a cada ano. Tal fracasso está ligado a questões estruturais, como às desigualdades sociais, à precariedade dos sistemas de saúde e à escassez de informação, muitas vezes silenciada pelo conservadorismo. Em 2007, motivado pelo crescimento da epidemia entre as mulheres, o governo federal do Brasil publicou o *Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização de AIDS e outras DST*, visto que, originalmente, a prevenção dessas doenças visava quase exclusivamente aos “grupos-chave” de contaminação. A feminização, porém, possui o machismo como um fortalecedor silencioso, para o qual não existe qualquer plano estatal de combate.

Regras – O comportamento feminino e masculino, tanto nos relacionamentos quanto no sexo, é estabelecido socialmente. Lentamente, setores da sociedade brasileira, impulsionados pelo movimento feminista, tentam derrubar padrões de gênero há décadas perpetuados. Daniela Knauth é doutora em Antropologia e docente do Departamento de Medicina Social da UFRGS, onde coordena diversas pesquisas na área de Sexualidade e Saúde Reprodutiva.

Ela diz notar alguns avanços nas práticas, mas não no pensamento: “Se tem usado mais o preservativo, mas as gurias que o carregam na bolsa continuam sendo malvistas, e a sugestão do uso por elas desperta o julgamento do parceiro”. Daniela diz que os dados mostram um alto índice de uso do preservativo na primeira relação sexual com novos parceiros, mas a prática, por vezes, é abandonada com o tempo, pelo fato de o casal achar que “já se conhece melhor”. A antropóloga frisa, porém, que a única forma de se realmente saber se alguém está infectado é realizando o teste, e que o sexo sem camisinha não é recomendado nem após o resultado negativo, pois a monogamia nem sempre é seguida.

Stela Meneghel, doutora em Medicina, professora dos departamentos de Saúde Coletiva e de Enfermagem da UFRGS e pesquisadora na área de Vulnerabilidades e Violências de Gênero, explica que a feminização da AIDS está ligada à configuração patriarcal da sociedade: “É cultural, pois quem decide o uso ou não do preservativo ainda é o homem. As mulheres não têm voz ativa, empoderamento suficiente para impor o uso”. Essa configuração social afeta até mesmo a percepção dos homens heterossexuais contaminados, orientada pela culpabilização da mulher: “Existe essa ideia de que, então, ele está se relacionando com *umas não muito limpinhas*, que *‘pegou’ em um ambiente não adequado*”, completa Daniela.

O preservativo feminino seria uma ótima forma de as mulheres se protegerem e, por isso, a Secretaria de Saúde do Estado (SSE) o disponibiliza em todos os postos e ações promovidas. Porém, a antropóloga analisa que sua popularização é impedida pelo preconceito: “Seu uso mostra uma postura ativa da mulher em relação à sexualidade e que ela não quer fazer sexo só por amor, o

que ainda não é socialmente aceito, assustando e afastando as mulheres desse preservativo”. Além dessa barreira, a aplicação do preservativo exige conhecimento da vagina: “As mulheres não são ensinadas a se tocarem; às vezes, elas não sabem que a vagina é diferente do canal que sai a urina!”, comenta a professora.

Acompanhamento – É comum entre meninas de classes privilegiadas frequentar o ginecologista após a primeira menstruação; a maioria dos meninos da mesma idade, porém, não possui qualquer acompanhamento. Daniela aponta que mesmo essa orientação ginecológica é incompleta, pois centraliza a questão no anticoncepcional: “A dificuldade está na estrutura das políticas de saúde da área, focada na questão materno-infantil. A mulher só é vista pelo lado reprodutivo e sua saúde sexual é ignorada. Os homens têm ainda menos assistência porque não geram”. A antropóloga relata que, em um estudo que está conduzindo atualmente com homens heterossexuais vivendo com HIV, descobriu-se que a maioria teve o diagnóstico não por meio de exames, mas porque a parceira foi diagnosticada.

Se a situação já é preocupante na iniciativa privada, no SUS é ainda mais. O Rio Grande do Sul, por exemplo, possui alto nível de sífilis congênita (quando passa da mãe para o feto), segundo dados da SSE. O exame de DST é um dos componentes básicos do pré-natal e, quando diagnosticado algum problema, o tratamento deve ser imediato. Dessa forma, a prevalência da doença é ligada diretamente à ineficácia do sistema, mas nem sempre este é o caso – o fator cultural também interfere. Daniela observa que, em geral, “a mulher passa a se tratar porque está grávida, e não por sua saúde, mas dificilmente conseguimos engajar o parceiro nesse tratamento porque,

para ele, a sífilis só vai se manifestar no futuro, quando ele estiver muito doente”.

As dificuldades encontradas pelos médicos no SUS nas questões de infraestrutura, excesso de demanda ou no seu próprio desconforto para tratar do assunto excluem a saúde sexual das consultas: “Estamos desenvolvendo um instrumento que ajude os médicos de família a trabalharem a questão, porque é uma dimensão crucial para as pessoas, traz qualidade de vida e evita doenças”, comenta Daniela. O tabu ligado à temática silencia as mulheres: “Pelo que vemos, muitas têm sérias dificuldades na esfera sexual tanto física quanto psicológica, mas não falam”.

Determinantes – A configuração nociva de muitos relacionamentos complica ainda mais a situação. Stela explica que esses arquétipos se formam na socialização infantil: “Dizemos que o menino tem de ser agressivo, macho, e a menina, dócil, feminina, cuidadora. Sem romper com esses estereótipos, só tratamos paliativamente seus efeitos, como a violência de gênero”. Daniel Kveller, psicólogo no Ambulatório de Dermatologia Sanitária do RS, explica que muitas pacientes estão em relacionamentos abusivos: “A prevenção não é uma questão de escolha da mulher, porque ela está submetida à violência. Muitas dizem: ‘peguei do meu marido, mas não usamos camisinha porque ele diz que não quer, que não gosta’. E então ela acaba se expondo, pois até o sexo, muitas vezes, é imposição do parceiro”.

Stela comenta que a epidemia de AIDS e de DST precisa ser tratada a partir de uma visão epidemiológica que uma raça, gênero e classe social: “Esses três elementos estão imbricados e se potencializam. Então, a mulher pobre e negra tem uma vulnerabilidade social maior em diversas questões, desde adquirir HIV/

AIDS até a mortalidade materna, a violência e o estupro”.

Educação – O fluxo de informação sobre a temática sexual ainda é escasso no Brasil. Nas escolas, a abordagem requer iniciativa dos coordenadores e professores, faltando diretrizes governamentais que a orientem. O conservadorismo do atual Congresso brasileiro agrava a questão, como comenta Daniela: “É complicado ver diretrizes religiosas pautarem as políticas de educação e saúde. Enquanto a gente não tiver um Estado realmente laico, essa desinformação terá desfechos cada vez mais negativos”. A antropóloga frisa não existirem dados que suportem o argumento de que a informação a crianças desencadeie o início precoce da vida sexual, enquanto já é comprovado que indivíduos instruídos sobre o assunto fazem maior uso do preservativo.

Daniel, por sua vez, levanta a questão de “qual” sexualidade precisa ser discutida: “É preciso que se abordem as construções sociais do que é ser homem e do que é ser mulher, as desigualdades que se produzem nessas relações, a diversidade sexual, e como tudo isso vai influenciar a tua vulnerabilidade no contato com uma doença”. Dessa forma, além da prevenção de enfermidades, a discussão tem o papel de combater a intolerância: “As DST e a AIDS são doenças diferentes de outras por conta do estigma associado, que retarda a busca de tratamento e piora o prognóstico não só para a pessoa, mas para todos que ela possa estar infectando, às vezes, sem saber”, comenta Daniela, complementando: “Enquanto não mudarmos os padrões de gênero e caminharmos para uma maior equidade, os números não irão mudar”.

lami Gerbase, estudante do 6.º semestre de Jornalismo na Fabico



FLÁVIO DUTRA/JU

Refúgio natural



Nos dias em que não há atividades dos grupos regulares, o professor de geografia Flávio Burg dedica-se ao manejo da horta comunitária da Lomba do Pinheiro, na capital

Horta Espaço comunitário promove saúde e segurança alimentar

Felipe Ewald

Entre as paradas 12 e 13 da Lomba do Pinheiro, zona Leste de Porto Alegre, há um caminho de chão batido em meio à mata cerrada que dá acesso à clareira isolada dos odores e ruídos urbanos. Como se, por uma passagem secreta, chegássemos a um espaço de tranquilidade em que os sons de árvores e do próprio vento se amplificam, fazendo-nos esquecer que estamos muito próximos do trecho mais adensado do bairro.

A horta comunitária, em atividade desde 2011, funciona em um terreno da prefeitura municipal conquistado pela comunidade por meio de sua mobilização no Orçamento Participativo. O espaço tem entre os parceiros regulares algumas unidades da UFRGS.

A professora Ingrid Bergman de Barros, do departamento de Horticultura e Silvicultura da Faculdade de Agronomia, considera a horta de extrema relevância para a Universidade. No âmbito do ensino, os alunos têm a oportunidade de sair do ambiente da sala de aula e desenvolver atividades práticas em um laboratório aberto. Isso é especialmente relevante pelo fato de eles chegarem ao curso com uma vivência muito urbana, de pouco

contato direto com um meio rural.

No que concerne à extensão, há o atendimento a demandas da comunidade em iniciativas que são relevantes para esta, o que promove um contato direto com saberes complementares às técnicas acadêmicas. Segundo a professora, em geral a equipe da Universidade dá assessoria técnica seguindo um sistema de produção dentro da perspectiva agroecológica. Além disso, teve participação direta na plantação dos cultivos de hibisco, no seu beneficiamento, chegando às féculas secas do chá, um dos carros-chefe do projeto de geração de renda.

Ingrid ainda ressalta que, na troca de conhecimentos, a horta propicia o desenvolvimento de pesquisas desde a iniciação científica até o doutorado em diferentes áreas – da horticultura às ciências da saúde.

Coletivo – Por ser uma iniciativa comunitária, a horta depende da dedicação dos participantes, que voluntariamente disponibilizam seu tempo. Em troca, têm a possibilidade de se beneficiar do consumo dos alimentos produzidos ali e de conviver numa atmosfera de tranquilidade.

Quem acompanha mais diretamente o cotidiano do espaço é Flávio Burg. Filho de agricultores do município de Harmonia, ele é professor de geografia na rede municipal desde 1999. Mantinha um projeto de educação ambiental na Escola Saint Hilaire quando se aproximou de uma iniciativa de produção de fitoterápicos na paróquia Santa Clara. “Comecei a participar como voluntário. Em 2013, a Secretaria Municipal de Educação me liberou 20h. No ano passado, o projeto se ampliou,

então obtive a liberação das 40h para ter dedicação exclusiva à horta com o objetivo de receber alunos das escolas e dos Serviços de Apoio Socioeducativo (SASE), mas acabo fazendo de tudo, pois é um trabalho dinâmico, com plantio, rega, manejo, adubação, além do atendimento aos grupos que vêm fazer visita”, explica.

Entre esses grupos que mantêm atividades semanais está o da Saúde, que é organizado por uma equipe multidisciplinar, com foco na Terapia Ocupacional e na alimentação saudável, e atende principalmente idosos da região. Já para o público das escolas, a ênfase é na educação ambiental e na produção de alimentos, incentivando os alunos a reproduzirem o modelo da horta em suas casas. Para isso, eles realizam atividades regulares de manejo, como produção de mudas e coleta de folhas na mata para forragem, havendo também um momento reservado à recreação livre, com futebol no campinho ou brincadeiras na grande área verde.

Segundo Flávio, quando o tempo está bom e todos os frequentadores regulares comparecem, são cerca de 200 pessoas toda a semana. Como apenas ele e a líder comunitária Lurdes Ágata têm horas para dedicar exclusivamente à horta, essa quantidade de visitantes já é o limite do que é possível atender. O trabalho desses frequentadores e dos voluntários ocasionais – que vêm inclusive de bairros distantes – viabiliza a produção de mudas e de chá e doce de hibisco como forma de gerar renda para a manutenção do projeto.

Na contramão, há casos de visitantes que vêm apenas para colher alimentos, não colaborando na

manutenção da horta, que, por ser comunitária, é aberta a qualquer um, mas necessita do trabalho voluntário para se manter. Além disso, já foram registrados roubos de mudas de árvores frutíferas.

Interação – O professor aposentado do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos José Maria Wiest considera o local privilegiado para a pesquisa sobre horticultura urbana. Para ele, trata-se de uma experiência genuína de aproveitamento do território da cidade, com participação direta dos moradores, o que promove um espaço interativo em que estão presentes muitas entidades, como SASE e associações comunitárias, e pessoas de perfis variados. Tal funcionamento favorece a produção coletiva e partilhada dos alimentos.

Há também aspectos ligados à atenção básica de saúde que rendem um caráter terapêutico à horta. Isso envolve desde a possibilidade de suprir uma demanda

de cunho emocional, resgatando a memória da rotina de trabalho dos tempos em que os moradores ou seus antepassados viviam no campo, até o uso de plantas medicinais. Esta, aliás, é uma das frentes de pesquisa do Professor Wiest. A partir dos conhecimentos tradicionais de matriz africana presentes na Lomba em virtude de sua composição populacional, ele estuda em laboratório as propriedades das plantas, realizando análises que averiguam a função medicinal apontada pelo conhecimento popular. Realiza-se, assim, uma interação de saberes.

Concomitantemente, Wiest orienta estudantes de pós-graduação que realizam parte de seus trabalhos na horta. Um deles foi Antônio Elísio José, aluno de mestrado moçambicano, que analisou a atividade antibacteriana propiciada pela batata-doce. Na relação estabelecida com os participantes do espaço comunitário, apresentou formas de utilizar as folhas da batata na alimentação.

Espaço sob pressão

A horta comunitária, por ser um projeto ambiental, envolve também a preservação do arroio Taquara e da mata que contornam a área. O equilíbrio desse sistema foi colocado sob ameaça recentemente, com a possibilidade de abertura de uma via que não atingiria a horta diretamente, mas provocaria a derrubada de parte da mata, trazendo ruídos e poluição para o espaço.

“Seguimos uma proposta de produção orgânica nos princípios da agroecologia; é, portanto, todo um ambiente, não só o espaço do plantio. A horta e a mata formam um todo. Há uma relação de complementaridade. Por exemplo, as folhas das árvores são utilizadas para a forragem dos canteiros”, defende Flávio. Ele completa que a abertura da rua também comprometeria a finalidade de promover educação ambiental para os alunos das escolas, que realizam trilhas no mato.

Wiest assevera que a obra seria contraditória com o compromisso assumido pela prefeitura com a Carta de Milão – documento que estabelece como prioridade a segurança alimentar e o acesso a alimentos saudáveis e água, e aborda temas como desenvolvimento sustentável e redução de desigualdades nas áreas urbanas.

Trilhando pelo erudito

Contrabaixo Músicos profissionais e estudantes trocam experiências

A questão do mercado de trabalho é uma grande preocupação para quem pretende ingressar no universo da música erudita profissional. Ainda hoje resiste no senso comum a ideia da baixa remuneração e da pouca disponibilidade de vagas para os profissionais eruditos.

Essa, contudo, não parece ser a realidade. Segundo Alexandre Ritter, contrabaixista e idealizador do Bacharelado em Contrabaixo da UFRGS, há atualmente no Rio Grande do Sul mercado suficiente para abrigar os músicos em formação. Ele cita que, além da OSPA, uma das mais importantes sinfônicas do país, temos ainda no estado orquestras como as da ULBRA, UNISINOS, UNISC, UCS, além da de Câmara do Teatro São Pedro. “Então, não é comum que esses músicos saiam do estado por falta de opções. Em geral, eles saem ao ganhar uma bolsa de pós-graduação ou por terem recebido uma boa oferta em uma orquestra”, afirma Ritter, professor da UFRGS desde 2000, que também menciona a área acadêmica como um destino recorrente dos egressos de seu curso.

Conexão com a prática – Uma das preocupações de Alexandre Ritter é aproximar o trabalho que é feito dentro da sala de aula com as práticas do mercado da música erudita. Para propiciar essa proximidade e incentivar a interação e a troca de experiência entre os alunos que estudam o mesmo instrumento, o professor de contrabaixo promoveu o II Sabadão e Domingão dos Contrabaixos da UFRGS. No evento, Ritter e seus alunos receberam o Prof. Eder Kinappe e sua classe de contrabaixos da Escola da OSPA para dois dias de discussões sobre o instrumento e troca de experiências a respeito da prática do contrabaixo, assim como um concerto de encerramento da atividade gratuito e aberto ao público. “O evento surge com a ideia de dar a oportunidade para os alunos, tanto da UFRGS quanto da OSPA, de pisarem no palco, terem a chance de tocar com um pianista profissional e de verem como outro professor aborda o instrumento.”

A inspiração para o evento vem do período de estudos do contrabaixista no exterior. Ritter cursou bacharelado e doutorado nos Estados Unidos, enquanto o mestrado fez no Canadá. “Lá no exterior há o hábito de se produzirem ações desse tipo. Mas aqui no Brasil é bem mais raro esse tipo de troca de experiências. Tendo passado por esse processo como estudante, sei o quão importantes são experiências desse tipo para o desenvolvimento do aluno”, afirma o professor, que ressalta a relevância de atividades

como essa também para o futuro profissional dos alunos. “Aqui no estado, na área de música erudita, a maior instituição em termos produtivos e práticos é a OSPA, que tem também relevância nacional. Logo, quando meus alunos se formarem, o principal emprego visado por eles localmente será na OSPA. Essa interação é boa para que eles saibam como os músicos da Sinfônica trabalham o instrumento, como a orquestra quer que o músico reaja dentro do naipe, etc.”

Projetos sociais – Um dos participantes do Sabadão e Domingão foi o contrabaixista e aluno de Ritter Ismael Almeida. Músico da Orquestra da UNISC e professor na mesma universidade, Ismael comenta que em outras regiões do país, como no Sudeste e no Nordeste, ainda há um mercado maior para a música erudita. Contudo, cita que, além do trabalho em orquestras e na área acadêmica, um filão que tem crescido é o dos projetos sociais na área da música. “Hoje em dia está melhor a situação aqui no estado. Principalmente por ter aumentado bastante o número de projetos sociais, o que criou oportunidade para esse tipo de música chegar a pessoas que em outras épocas não teriam acesso a ela.”

Desde 2011, Ismael trabalha também como professor de contrabaixo no *Programa Integrado de Inclusão Social (PIIS)* do município de Esteio. “É um projeto social que atende jovens de baixa renda que estudam na rede municipal. Fazemos divulgação

nas escolas e esperamos surgir o interesse dos alunos.” De acordo com o músico, o projeto procura dar uma sólida base técnica que possibilite a profissionalização na música erudita. O objetivo maior, porém, está na formação desses jovens como cidadãos. “Quando falamos que damos oficinas, as pessoas já pensam em algo mais lúdico, voltado à diversão. Mas na área da música erudita não é possível fazer algo com essa proposta. Se não houver seriedade desde a primeira aula, não há como os alunos entenderem o instrumento. Então, tentamos ser bastante técnicos, mas sempre focados no ideal de inclusão social.”

Essa interação é boa para que eles saibam como os músicos da Sinfônica trabalham o instrumento

Alexandre Ritter
Professor da UFRGS

Ismael cita também a maior facilidade de acesso a instrumentos como um dos impulsores para a profusão de projetos sociais no campo erudito. “Atualmente existem os instrumentos que vêm da China e que têm um valor menor. Não dá pra dizer que são baratos, mas são bem mais acessíveis. Antes, para se conseguir estudar, era necessá-

rio comprar um instrumento que custa cerca de R\$10 mil. Por isso, pouca gente conseguia seguir nessa carreira. Hoje existe a vantagem do acesso mais fácil.”

Ciclo – Acompanhando Ismael no evento estava seu antigo aluno Wendell Felipe, que atualmente frequenta a Escola da OSPA. Natural de Esteio, Wendell conta que a música sempre esteve em seu cotidiano e que começou a estudar contrabaixo elétrico aos 11 anos, por influência de seu pai, músico nas horas vagas. Segundo o jovem de 18 anos, ser músico profissional era um sonho desde a adolescência, mas não apareciam as oportunidades para isso se concretizar. “Muitas pessoas me falavam que ser músico era muito difícil, que eu não iria conseguir dinheiro e que devia primeiro focar em coisas mais importantes e deixar a música em segundo plano”, recorda.

O ponto de virada para Wendell foi o dia em que compareceu a uma apresentação na Casa de Cultura de Esteio. “Quando vi o contrabaixo acústico, me encantei pelo instrumento e resolvi que ia fazer as aulas. Foi quando entrei no projeto e tive contato com a música erudita que minha mentalidade começou a mudar e vi que era possível, sim, seguir na música profissionalmente.” O jovem ficou um ano no PIIS até ser incentivado e preparado por Ismael a participar do processo seletivo para a Escola da OSPA.

Após um ano na escola da Sinfônica, Wendell tomou a decisão de prestar o vestibular para o ingresso no Bacharelado em Contrabaixo da UFRGS. “No início, estava muito indeciso, pois o contrabaixo é um instrumento muito complicado e que exige muito tempo de estudo. Algumas vezes ficava inseguro, porque era necessária muita dedicação. Mas teve um momento em que coloquei na cabeça que iria fazer a prova e que seria aprovado. Estudei muito e consegui passar, mas sei que ainda tenho bastante coisa a aprender”, afirma Wendell, que passará a ser aluno de Alexandre Ritter em 2016. “É uma história muito legal. É todo um ciclo que aconteceu. O Ismael foi meu aluno, ingressou como professor neste projeto social e produziu um jovem músico que agora está vindo estudar comigo”, comenta o professor do Instituto de Artes. Na Escola da OSPA, Wendell também passou pela tutela de outro antigo aluno de Ritter, Eder Kinappe, formado na primeira turma de contrabaixo da UFRGS e que foi quem preparou o rapaz para o vestibular da Universidade. “Isso mostra a importância dos ciclos e o quão produtivo é o trabalho que fizemos na UFRGS, e como está dando frutos tão significativos”, conclui Alexandre Ritter.

João Pedro Teixeira, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Na Casa de Cultura do município de Esteio, Ismael Almeida ministra aulas de contrabaixo a alunos da comunidade, como Shirley Escobar



IVAM MARTINS



Fugindo de um modelo tradicional de ensino, universitários debatem sobre política com alunos do ensino médio

Para além “dessa” política

Contraponto Projeto busca desconstruir noções superficiais e impulsionar a participação

Jacira Cabral da Silveira

Se, para um adolescente, acordar num sábado nublado para ir à escola é tarefa pouco sedutora, ser surpreendido com a proposta de discutir política logo ao chegar à sala de aula pode tornar ainda mais assustador o compromisso. Gabriela Colombo tem 17 anos e é aluna do terceiro ano do ensino médio do Colégio Parobé, no centro de Porto Alegre. Quando foi informada de que aquelas pessoas estranhas à turma estavam ali para falar sobre política, pensou: “Ih! Vai ser um saco”.

Inconformados com reações como a de Gabriela quando o assunto é discutir política, um grupo de estudantes do curso de Relações Internacionais (RI) da UFRGS criou o Projeto *Contraponto: debatendo política nas escolas*. A ideia surgiu a partir de outras atividades de extensão do curso de RI também desenvolvidas em escolas com turmas de ensino médio, durante as quais foi percebida a existência de uma lacuna com relação ao tema. Na avaliação dos graduandos, o desconforto nesses casos está muito ligado não somente ao desconhecimento dos conceitos e noções que envolvem a política como uma prática cotidiana e comum a todos – e não exclusiva

de partidos –, como também à reprodução inconsequente de discursos veiculados na mídia ou de origem no senso comum.

“Nosso interesse na política brasileira e nossos esforços para compreender a sociedade em que vivemos guiam-se pela vontade de contribuir para mudanças que transformem o Brasil em um lugar mais justo para suas cidadãs e seus cidadãos. Por isso, a desconstrução de mitos e as reflexões envolvendo política e sociedade são fundamentais.” Esse texto faz parte da introdução do *Guia de Estudos do Contraponto*, elaborado especialmente para apoiar o trabalho desenvolvido nas escolas. De acordo com Gregório Ayrton e Livi Gerbase, estudantes de RI e idealizadores do projeto, o conteúdo apresentado no guia e aprofundado nos encontros nas escolas resulta da colaboração do professor Paulo Peres, coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS.

“Gostei de imediato do projeto e do entusiasmo dos estudantes. Incluí dois alunos da pós-graduação em Ciência Política, que trabalham comigo, para ajudar na supervisão de conteúdo. Mas logo surgiram várias ideias, e o projeto foi crescendo”, observa o professor. Com relação à pertinência da proposta, o pesquisador considera fundamental a educação política dos jovens, particularmente no que se refere ao entendimento mais claro de como funciona o sistema político do país. Segundo ele, mesmo que há alguns anos tenha sido aprovado o ensino de Sociologia nas escolas: “O ideal seria ter Ciência Política no ensino médio como uma disciplina regular e ministrada por cientistas sociais, de preferência aqueles com especialização em Ciência Política”, projeta.

Sábado nublado – O sábado continua nublado, e Gabriela começa a mudar de opinião sobre política. Sentada em roda no chão da cancha de esportes do Parobé junto com os colegas do ensino médio, ela é uma das que mais participa do debate instigado por Gregório Ayrton e Natasha Pergher – também graduanda em Relações Internacionais e mestrande em Economia –, ambos membros do Contraponto. Junto à turma sentada em colchonetes dispostos no chão da quadra, está Gabriel Goldmeier, doutorando em Educação numa universidade londrina e amigo de Gregório, que o convidou para a atividade. A ele cabe dar pitacos quando achar conveniente e passar, discretamente, a cuia de chimarrão para aqueles que a solicitam enquanto a conversa continua. Diferente do que ocorre nas aulas tradicionais, os casais de namorados podem permanecer de mãos dadas ou encostar a cabeça no ombro um do outro. A maioria presta atenção e, ainda que poucos falem, as expressões faciais dão indícios do que cada tema repercute entre os jovens: espanto, discordância, risadas.

Usando um papel pardo fixado na parede já desgastada por falta de manutenção, Natasha vai anotando os pontos abordados com o grupo. De acordo com o modelo da oficina, cada um dos quatro encontros, que deve ter a duração de dois períodos escolares, tem uma “intencionalidade”: a política está em todos os lugares; os atores da política; como se faz política (estrutura dos poderes); e como se engajar de forma positiva.

“Cada aula tem uma intencionalidade que deve ficar clara para a turma até o final do encontro, e tudo é construído para que esse objetivo seja alcançado”, explica Livi

Gerbase. Mesmo sendo um grupo transdisciplinar – atualmente, além dos cursos já citados, participam do projeto estudantes de Economia, Ciências Sociais e Políticas Públicas –, não há ninguém que faça licenciatura, o que exige um esforço a mais dos integrantes do Contraponto no sentido de desenvolver um trabalho pedagogicamente envolvente e que atinja os objetivos da proposta.

Em sua concepção mais ampla, o projeto ocorreu em três etapas: planejamento, que compreendeu a elaboração do guia e a montagem das equipes; atuação nas escolas, mas que também envolve planejamento e reflexão concomitantemente, considerando-se que “as aulas não são prontas nem estanques”; e, por fim, a presença dos estudantes do ensino médio que participaram das oficinas e serão convidados a vir à universidade falar sobre política. “Será um tipo de aula magna de abertura para a próxima edição do Contraponto nas escolas em 2016/1”, resume Natasha.

Antes de sair para o intervalo – um grupo permanece numa discussão acirrada sobre os direitos da mulher –, Gabriela assume que estava errada ao taxar uma aula sobre política como sendo uma atividade chata, improdutivo: “É uma conversa, não é um conteúdo”, classifica. Ela comenta que todos os tópicos vistos naquela manhã já haviam sido abordados na aula de Sociologia de 2014, os quais ela já havia esquecido no dia seguinte à prova. Gabriela relaciona essa “amnésia intelectual” à metodologia da aula expositiva, “com os professores falando lá da frente e o pessoal sentado um atrás do outro na sala de aula”, ilustra.

Mão dupla – Paulo Peres assegura que o Contraponto é uma proposta

de aprendizagem não só para os alunos de ensino médio, mas também para os universitários: “Aqueles que vão às escolas sentem necessidade de uma melhor formação. Daí aumenta seu interesse pelo próprio curso e também por ler mais, buscar mais informação e discutir mais. Isso contribui enormemente para a sua formação acadêmica”, afirma.

Além disso, o professor ressalta que o envolvimento com o processo de preparação das aulas, de divisão de tarefas e tudo o mais faz com que esses alunos tenham uma postura mais ativa, participativa e uma maior disposição para o trabalho em grupo e para ações coletivas. “Penso que é um aprendizado político para eles.” Por fim, ele comenta que, ao ir às escolas, os graduandos tomam conhecimento da realidade social e educacional na qual alunos de diversas classes sociais estão imersos: “Esse contato aumenta a percepção da diversidade da realidade social do país, assim como a sensibilidade dos alunos envolvidos em relação às carências e também às potencialidades da sociedade brasileira”.

Natasha concorda com o cientista político. “O Contraponto para mim está sendo a materialidade que eu estava precisando. Como estou há muito tempo na Universidade, é difícil perceber no concreto, na prática, as coisas que discutimos com exatidão na sala de aula. Essa materialidade é essencial porque é ela que dá a referência social ao conhecimento.” Muitas vezes, segundo a estudante de RI, “o conhecimento que a gente vê na universidade fica muito dentro dos seus muros. E essa possibilidade de aplicar e enxergar na prática como funciona esse conhecimento é o essencial para mim. De teoria, estou lotada”.



O estranhamento da Ciência

Máquina do mundo O jornalismo científico de Ulisses Capozzoli

Jacira Cabral da Silveira

Até hoje, Ulisses não consegue enxergar dona Nenê como um ser humano comum. Em sua memória da infância, ela sempre parece andar a alguns centímetros do chão, como se flutuasse. Foi indiretamente através de dona Maria do Rosário, nome de batismo da avó materna, que ele aprendeu a gostar das estrelas. Leitora voraz, todo ano ela o incumbia de comprar o Almanaque do Pensamento, criando no neto o costume de perder-se nas páginas sobre as fases da Lua.

Do céu da infância e adolescência passadas na Serra da Mantiqueira, onde gostava de acampar e admirar o anoitecer, às paisagens brancas das geleiras, acompanhando expedição brasileira a Antártida, Ulisses Capozzoli desenvolveu seu olhar de jornalista especializado em divulgação de ciência. Durante doze anos, até o início de 2015, ele ocupou o cargo de editor de uma das mais respeitadas revistas da área, a *Scientific American no Brasil*.

Na primeira semana de dezembro, ele esteve em Porto Alegre, participando da I Jornada de Divulgação e Jornalismo Científico, realizada no Instituto Latino-americano de Estudos Avançados, no Câmpus do Vale. Em uma longa conversa com a reportagem do JU, o mineiro de fala tranquila responde a cada pergunta como se contasse uma imperdível história sobre “a máquina do mundo” e a necessidade de cultivar a capacidade de desenvolver uma atitude de estranhamento diante da vida, assim como sugere o fazer científico.

Quando você começa no jornalismo científico?

Na verdade, sempre tive dúvidas sobre o que fazer, porque gosto de muita coisa. Eu não seria contabilista, não seria gerente de banco, mas as outras coisas, as mais diversas, me encantam. Talvez eu tenha ido fazer jornalismo para tentar suprir esse meu desejo. Mas eu entrei no jornalismo pelo jornalismo econômico. Eu comecei a estudar economia, e fiz três anos do curso, até o dia em que me dei conta de que a economia é uma ciência sombria que não te leva a lugar algum, a não ser fazer prospecções pessimistas. Mas economia não me satisfaz: esteticamente não me satisfaz, filosoficamente não me satisfaz. Ela é importante porque todo mundo acha que é importante, então tem a importância maior do que deveria. Teve um momento em que eu tive uma bruta crise e desisti de trabalhar nessa área do jornalismo econômico. Fiz isso até 1983. Consigo datar isso perfeitamente

porque foi nesse ano que foi lançado o satélite europeu, e ele foi calibrado no espaço utilizando a estrela Vega, que é alfa de Lira. Nesse momento da calibragem descobriram que Vega tem um feto, um sistema planetário que está se gestando à sua órbita. Havia um físico na Folha de São Paulo, onde eu trabalhava na época, que escreveu um artigo sobre Vega. Mas foi um artigo muito estreito, muito limitado, e eu fiquei frustrado com aquilo. Então falei ao editor: “Se você topa, eu posso escrever um artigo”. E foi muito engraçado, porque no dia seguinte meus próprios colegas vinham me perguntar de onde eu tinha tirado aquelas coisas.

E o convite para trabalhar na *Scientific American*?

Quando comecei, em 1983, a trabalhar com ciência, tinha o JReis [José Reis, cientista, jornalista e divulgador científico. Em 1948, começou a publicar, aos domingos, na Folha de S. Paulo, a coluna *No Mundo da Ciência*], que fazia isso. Logo em seguida teve o Programa Antártida Brasileiro, que me liga ao

Rio Grande do Sul, especialmente à cidade de Rio Grande. A USP mandou um navio pra lá e combinou com a Folha de S. Paulo de enviar um repórter. E a Folha me mandou. O editor perguntou se eu queria ir: “É claro que eu quero!”. Eu fiquei dois meses e meio nessa viagem. Mandava relatos todo o dia, e essa experiência me consolidou profissionalmente. As narrativas antárticas me permitiram fazer o discurso do desbravador.

Então essa viagem foi definidora tanto para um redirecionamento profissional quando para te destacar no mercado?

Exatamente. Você quer ver uma coisa interessante? Essa viagem para a Antártida e o material que produzi estiveram ligados esse tempo todo, pra mim, à figura do explorador, que é exatamente aquele que testa os seus limites. O que aquelas pessoas [pesquisadores] iam fazer com aqueles barcos naquela inospitalidade toda? Eles iam fazer o que os humanos fazem: ir para o fundo do mar, ir para o pico mais elevado, fazendo perguntas: “Como é? De

onde eu vim? Para onde eu vou?”. Essa experiência me permitiu exercer o exercício prático dessas coisas. Acho que me projetou e me abriu um espaço no jornalismo científico que foi conquistado com muito trabalho – trabalho mesmo. Eu nunca me favoreci por influências de conveniência. Esse percurso não pode ser tutelado; tem um preço, um custo. De certa forma, essa minha caminhada está ligada à minha saída da *Scientific American* porque eu não me submeteria às mudanças que estavam acontecendo lá. Então, não podia ficar. E se não podia ficar, tinha que ir embora.

Como avalia a cobertura da imprensa em casos como o de Mariana?

A crise dos jornais, além do efeito da internet, tem a ver com uma decadência filosófica dentro das redações, uma incapacidade de pensar ou um pensar que é medíocre. Os jornais se partidizaram, ideologicamente eles são contra esse governo que está aí. A gente pode fazer críticas ao governo, não quero dizer que não se faça – eu faço críti-

cas. Mas essa alienação que parte de dentro das redações não permitiu e não permite que a imprensa reflita sobre o país e levante as histórias do Brasil-profundo. Tudo é feito por telefone, então, quando acontece uma coisa como o caso de Mariana, é apresentada quase sempre sob a forma de acidente. Isso não é um acidente, é uma omissão, uma negligência. Por quê? Porque nós não cobramos essas estruturas. Por exemplo: nesse tempo todo, e durante muito tempo, Minas Gerais esteve sob o governo do PSDB. E não tem nenhuma frase dizendo: “Olha o que o Aécio fez em Minas Gerais para prevenir esse tipo de coisa...” Ele é capaz de dar risada. É a camisa de força da ideologia, que é a pior coisa que tem. Ela mascara a visão de mundo. Ou seja, é um problema ideológico, de uma ideologia arcaica, senhorial, comprometida com o patriarcalismo. Nós deveríamos ter um jornalismo mais rico, mais indagativo. Deveríamos ir a campo perguntar muito mais para contar histórias. Histórias tristes e histórias belíssimas de realizações inacreditáveis das pessoas. Acho, então, que é um apequenamento do jornalismo, por isso as coisas ocorrem episodicamente. Esses acontecimentos são absolutamente ahistóricos, eles não têm raiz: “Buumm, ele aconteceu.” Não. Mas como aconteceu? Isso é omissão. Omissão por quê? Por causa dessa coisa partidária.

Como está a formação em jornalismo no país como um espaço de divulgação científica?

A universidade está muito distante da sociedade. Esse negócio da crise aguda de água na megalópole brasileira que é São Paulo, tudo bem que é um problema climático, mas é um problema climático faz muito tempo. Desde o comecinho dos anos 90 está se falando sobre isso. E você tem o governo do estado mais rico da federação que simplesmente não tomou conhecimento. É uma postura pouco científica. Como é que você pode gerir um mundo sem princípio científico? São Paulo nunca se preocupou com o reuso da água. As pessoas acham que a solução do problema é levar mais água. Você vai estourar o sistema de esgoto, criar um problema sério. Nós temos de fazer o reuso da água. O governador de São Paulo nunca aceitou essa ideia. Mas é uma visão técnica, científica. E tem um mascaramento sistemático dessas coisas. E, como faltasse uma demonstração disso, está aí a polícia espancando, jogando gás lacrimogênio na garotada que está reivindicando certo status à escola, que certamente não estão defendendo por acaso. Fazem isso por acreditar. E a universidade oferece muito pouco, especialmente na criação de certo substrato mental, uma construção psíquica pela via da ciência e do conhecimento como um todo para que as pessoas fiquem minimamente instrumentalizadas para entender, se divertir e investigar o que eu chamo de a máquina do mundo: “Por que o céu é azul? Por que a noite é escura?”



“As narrativas antárticas me permitiram fazer o discurso do desbravador”

FLÁVIO DUTRA/JU

Os novos dilemas da União Europeia

Aldomar A. Rückert *

Em outubro, a Comissão Europeia comemorou a sua Política de Coesão Territorial, mais conhecida como política regional, durante a *Open Days Week for Cities and Regions*, em Bruxelas, uma cidade que se assemelha a uma Torre de Babel ultramoderna, espécie de encruzilhada do mundo global e caixa de ressonância do bloco europeu. Mais de uma centena de sessões foram destinadas a mostrar os melhores trabalhos e abordagens bem-sucedidas em promover empregos e atrair negócios para o território da UE. Enquanto isso, milhares de refugiados batiam às portas dos países membros da entidade pedindo asilo e colocando imensa pressão sobre as prioridades a serem atendidas pela burocracia europeia.

Momento político – Em 5 de outubro deste ano, o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, recebeu em Bruxelas o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, para tratar de um plano turco, visando à criação de uma zona de segurança no norte da Síria, livre dos guerrilheiros do Estado Islâmico – uma área na qual os refugiados poderiam se abrigar dos conflitos.

No sábado, 10 de outubro, em Ancara, num atentado durante manifestação do povo curdo, mais de cem pessoas morreram e centenas ficaram feridas em duas explosões no mais mortal dos ataques da história da Turquia a um protesto pacífico contra a violência entre o governo daquele país e o grupo militante curdo, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). Já na tarde do dia seguinte, 11 de outubro, em Bruxelas, centenas de curdos protestavam na Praça Luxemburgo, em frente ao Parlamento Europeu, responsabilizando o governo de Erdogan pelos mortos e feridos no atentado de Ancara.

Open Days Week – Em clima de festividade, no dia 12 de outubro, logo após o atentado em Ancara, quase seis mil pessoas falando dezenas de línguas começavam a ocupar

as dependências dos prédios imponentes e securitizados da União Europeia no Distrito Europeu de Bruxelas. Tinha início a 13.^a edição da *Open Days Week*.

Conforme destacou a imprensa local, como o jornal *New Europe*, a disciplina fiscal dos Estados-membros vinha sendo a principal preocupação nos últimos anos. Agora, no entanto, a maior ameaça à coesão europeia tem origem em um perigo ainda não muito bem avaliado: “As ondas de refugiados e migrantes”.

A política de coesão territorial reformada com medidas econômicas ortodoxas como exigência de equilíbrio fiscal dos Estados-membros é o foco para a geração de empregos, por meio das pequenas e médias empresas (PIMES) e da inovação tecnológica. A opção estratégica da política de coesão territorial tem sido a aposta na *Smart Specialization* – um lema que procura combinar palavras-chave, como “economia inteligente, sustentável e inclusiva”, visando alcançar objetivos até 2020, como “emprego, inovação, educação, inclusão social e mudanças climáticas” pela adoção de “estratégias de especialização inteligente e processos de descoberta de empreendimentos”.

Para Corina Cretu, atual Comissária da Política Regional, é necessário simplificar o uso dos fundos europeus (453,18 bilhões de euros previstos para o período 2014-2020) e incentivar as *best practices* laureadas anualmente em uma concorrida sessão de prêmios, a *Regio Stars*, no Bozar Center for Fine Arts de Bruxelas. As premiações deste ano foram para Portugal, Espanha, Itália, Dinamarca e Suécia. Dos 143 projetos inscritos, 17 foram finalistas e 4 premiados, caracterizados por Corina Cretu como iniciativas exemplares de apoio a pequenas e médias empresas, eficiência energética, inclusão social e desenvolvimento urbano.

Refugiados – Enquanto as festividades das *best practices* ocorriam no Bozar Center, milhares de refugiados continuavam a bater às portas das nações que integram o bloco. Segundo dados da Agência Europeia de Gestão

da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-membros da União Europeia (FRONTEX), mais de 710 mil imigrantes entraram na UE nos primeiros nove meses de 2015, sendo as ilhas gregas do Mar Egeu a área mais afetada. O Parlamento Europeu passou a atribuir um papel ativo às regiões e cidades no que tange ao problema de migrações e refugiados, principalmente no caso do acolhimento dos milhares de migrantes que partem dos acampamentos da Turquia. Fizeram-se presentes no Parlamento Europeu durante a *Open Days Week* os governadores das localidades que têm recebido mais diretamente os refugiados, isto é, as regiões Sul e Norte do Mar Egeu, na Grécia, e as regiões da Sicília e Calábria, no sul da Itália.

As manifestações sobre o problema de representantes da UE, de presidentes e representantes das regiões da Sicília, Calábria, do Sul e Norte do Mar Egeu e da União Central das Municipalidades (Grécia), da Catalunha e Valência (Espanha), da Prefeitura Municipal de Viena e de parlamentares da Itália, Alemanha, Holanda foram unânimes ao enviar mensagens às autoridades pedindo mais recursos para o atendimento aos refugiados. Diversos depoimentos deixaram transparecer sua avaliação de que esses contingentes podem ser uma força impulsionadora do desenvolvimento dos países que venham a acolhê-los. Martha Cygan, diretora encarregada dos Assuntos Estratégicos da Diretoria de Migrações e Assuntos Internos da UE, frisou que a Agenda da Imigração é uma das prioridades da Comissão Europeia, o que incluiu a adoção de dois esquemas emergenciais para realocar 160 mil pessoas em regime de proteção internacional pelos Estados-membros mais afetados. A primeira realocação aconteceu da Itália para a Suécia no dia 9 de outubro, e a segunda está em curso.

Turquia – A visita de Erdogan a Bruxelas parece começar a dar seus primeiros resultados práticos. Além de uma aventada ajuda financeira de três bilhões de euros à Turquia para prevenir que refugiados saiam

dos acampamentos em busca das nações da Europa, a burocracia europeia vem retomando a proposta de aceitar aquele país como membro pleno da União. A medida tem provocado grande mal-estar entre os parlamentares europeus e críticas dos defensores dos direitos humanos, tendo em vista as práticas autoritárias do regime de Ancara, principalmente em relação aos curdos e à ocupação de parte da ilha de Chipre, que é um membro da União Europeia.

Bruxelas e alguns Estados-membros estão inquietos e temerosos quanto às opções que terão de fazer para manter os refugiados da guerra da Síria fora do Espaço Schengen [considerado um dos maiores feitos da EU, o espaço foi estabelecido em 1985, quando cinco países membros decidiram suprimir os controles de fronteira, e hoje congrega 26 nações. Além disso, Islândia, Noruega e Suíça, que não são membros da EU, assinaram o acordo]. Continuar recebendo pessoas aos milhares a título de ajuda humanitária encontra seus próprios limites em seus territórios nacionais, onde vicejam as mais diversas xenofobias e aversões a imigrantes. Enquanto o drama do desemprego continua a assolar as economias europeias e não há política regional suficiente para retomar o crescimento, o novo impasse a que estão submetidos os refugiados ofuscou o brilho pretendido da *Open Days Week*.

Uma síntese da crise atual foi expressa por uma voz da Finlândia no dia da abertura dos festejos do encontro: “[...] que tipo de diálogo vamos ter com o resto do mundo? Os migrantes estão vindo para a Europa; vamos dividir valores? Tivemos estabilidade por anos, mas vamos ter daqui em diante? Será que teremos de fugir dos nossos lares?”

Os recentes atentados de Paris colocaram a União Europeia e a própria Bruxelas em estado de emergência. O cosmopolitismo e a ajuda humanitária do bloco e de seus Estados-membros aos refugiados podem estar com os dias contados.

*Professor do PPG em Geografia da UFRGS, pesquisador CNPq. Apoio: FAPERGS e CNPq





FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JAN/2011



A maioria das projeções prevê um aumento de 3 ou 4 graus na temperatura média nas próximas décadas

Ainda inconveniente

Meio ambiente Apesar de vitórias recentes no combate ao aquecimento global, acordos sobre mudança climática ainda encontram obstáculos

Lá em 2006, quando o ex-vice-presidente americano Al Gore resolveu lançar o seu filme-manifesto, *Uma verdade inconveniente*, sobre a questão climática, o status de consenso em torno do tema ainda não tinha se configurado. Esse foi um dos motivos para a realização do documentário. A ideia de que as mudanças observáveis no clima são resultado direto da ação humana, em especial da emissão dos chamados gases do efeito estufa, surge nos anos 70, a partir de dados anômalos coletados nas duas décadas anteriores. Ganha força nos 90, quando finalmente passamos a possuir modelos de políticas públicas e tentativas de combate a seus efeitos – exemplos disso são as iniciativas do Protocolo de Kyoto e da conferência Rio+20. Ainda assim, nos anos 2000, um grande movimento de ceticismo e de negação dessas observações científicas passa a aparecer.

Talvez pelo crescente número de eventos relacionado a esse

fenômeno (como o aumento das marés provocado pelo derretimento das calotas polares) ou pela campanha da divulgação científica e do ativismo, pela primeira vez a maioria da população toma o aquecimento global como um fato. Prova disso é o levantamento feito pela instituição de pesquisa de opinião Pew Research Center, sediada em Washington D. C., que entrevistou pessoas em mais de 40 países e concluiu que 54% na média concordam que este é um problema sério e 51% acreditam que já começou a causar danos. Entre os países, há um destaque para os da África Subsaariana e para o Brasil, onde 88% dos entrevistados concordam com o estabelecimento de limites para emissão de gases do efeito estufa. O maior crescimento da aceitação acontece em países com forte histórico de grupos políticos resistentes, como Estados Unidos com 69% e China com 71%. O fato é novo, considerando pesquisas

anteriores, e é importante, pois, ainda segundo esse mesmo levantamento, há uma relação direta entre o nível de preocupação geral do país com a mudança climática e a quantidade de gás carbônico emitida por eles.

Na comunidade científica, os números são maiores ainda: 98% dos artigos do banco de dados Web Science tomavam a tese como fato, segundo pesquisa do Consórcio Nacional de Ciência Física dos Estados Unidos. “Uma coisa que ninguém nega nem tem como negar é que nós já aumentamos de 45% a 50% por cento a quantidade de gás carbônico na atmosfera. Quer dizer, se você altera a composição química de uma atmosfera, isso vai ter consequências. Por outro lado, tivemos 2014 como o ano mais quente da história. E os dez anos mais quentes já registrados na história estão nos últimos 15 anos”, esclarece o professor do Departamento de Botânica da UFRGS Paulo Brack.

As projeções são catastróficas. A maioria dos cenários prevê uma mudança de 3 ou 4 graus Celsius na temperatura média da Terra nas próximas décadas. O MIT (Massachusetts Institute of Technology) divulgou uma projeção que contava com 5 graus de diferença e calculou uma probabilidade de 95% de exatidão. Para se ter uma ideia, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), que se reuniu no começo de dezembro em Paris para a vigésima primeira Conferência da Partes (COP 21) na convenção-quadro da ONU sobre mudança climática, definiu como meta máxima, para evitar consequências imprevisíveis e desastrosas para a humanidade, entre 1,5 e 2 graus centígrados de mudança – número que já colocaria em risco a existência de diversas espécies e diversas ilhas-nação no Oceano Pacífico. Diante de uma situação tão alarmante e de um consenso tão forte entre opinião pública e pesquisa científica, por que é tão difícil para as lideranças globais chegar a um acordo eficiente para amenizar esse processo?

Acordos – A maior parte das negociações referentes à questão climática em nível global se dá na COP, reunião política que, dentro da convenção-quadro da ONU (da qual faz parte também o IPCC), representa o espaço em que líderes de Estado dialogam à procura de acordos e tratados que tentem ao menos restringir a intensificação das mudanças do clima devido ao efeito estufa. Segundo o professor Brack, as reuniões estão se tornando “muito frustrantes; não conseguimos obter benefícios ou melhoras com relação à crise ambiental”.

Isso acontece por que há muitos interesses díspares entre as delegações que frequentam a COP. Dessa maneira, um assunto crucial para o planeta acaba se tornando um embate diplomático. “A questão não é só política, é sócio-econômico-político, pois alguém tem que ceder. Essa é a grande dificuldade, ninguém quer ceder. Todos têm seus modelos econômicos e acreditam na expansão infinita de sua capacidade de produção”, observa Jefferson Cardia Simões, professor do Centro Polar e Climático (CPC) da UFRGS. Em suas pesquisas, ele utiliza a técnica dos testemunhos de fundo de gelo para descobrir as temperaturas da Terra antes das medições modernas.

O acordo traçado este ano na COP 21, em Paris, constrói diversos avanços na questão. Todos os 195 países presentes se comprometeram a tentar manter o aumento da temperatura entre 1,5 e 2 graus centígrados nos próximos 15 anos com relação à média de 2005. A meta de investimento, feito por meio de um fundo a ser criado, é de 100 bilhões de dólares anuais para ajudar países emergentes a lidar com as consequências econômicas dessa desaceleração, e os países terão de apresentar provas das medidas que tomaram. O pacto é muito positivo, no sentido de que sinaliza que os principais líderes globais estão mais inclinados a ouvir os especialistas e também os pequenos países que correm risco de desaparecer do que

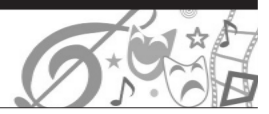
a ouvir os lobistas das grandes empresas do petróleo e outros grupos interessados. É também o primeiro projeto de ações coordenadas e globais, e não metas internas, que os próprios governos estipulam.

Críticas – Ainda assim, no mesmo dia, ativistas da causa ambiental saíram às ruas para protestar. As metas são consideradas insuficientes diante da situação e, apesar do plano de transparência previsto, argumentam alguns, não há como cobrar de maneira sistemática que as medidas sejam cumpridas. Outro problema é que países emergentes poderão ter seu pico de emissão de carbono em anos ainda distantes. É o caso da China, maior poluidora global, que deve atingir o nível máximo em 2025. A ideia é que essas nações não sintam o mesmo efeito econômico dos desenvolvidos e possam compensar os seus anos pré-industriais. Na prática, porém, há uma grande chance que essa distribuição desigual de responsabilidades torne a meta inicial impossível de ser cumprida. Por fim, há a questão da intensidade carbônica, ou seja, a quantidade de carbono necessária para gerar um dólar na economia. Um relatório inicial da COP previa que uma diminuição de 3% seria necessária para chegarmos a 2 graus de variação – especialistas apontam para o dobro disso. Uma mudança de seis pontos percentuais, entretanto, exigiria a extinção de atividades muito poluentes, como a indústria do carvão, por exemplo.

Para o professor Jefferson, a amenização da mudança climática exigiria mais que uma mudança de matriz energética, que não pode ser feita somente pela tecnologia: “Nós temos que, ao longo dos próximos 50 anos, aumentar passo a passo e distribuir de maneira equiforme as nossas matrizes energéticas, ou seja, dar vazão às energias alternativas, como a eólica e a solar”, afirma. É necessário também, segundo o professor, rever o sistema de um capitalismo expansionista que não consegue entender seus limites: “Temos também de mudar o nosso sistema. Se seguirmos esse modelo consumista sem limites, não vamos conseguir brear esse processo”, completa.

Paulo Brack sugere que precisamos trocar nosso modelo de investimentos de maneira a impor sanções às atividades poluidoras. O Brasil, por exemplo, poderia, segundo ele, atingir um papel de protagonismo nesse cenário, se conseguisse conter o desmatamento e dificultar o financiamento de negócios poluentes. Mas ele também ressalta que sem uma revisão de questões estruturais da nossa sociedade estamos fadados a encarar os efeitos mais nefastos desse processo que já é irreversível: “A mudança climática é a ponta do iceberg das consequências de um modelo industrial, capitalista, que parte de um pressuposto de produção e consumo ilimitados. E o que a gente vê é que a capacidade de suporte do planeta, do ponto de vista de seus recursos naturais e da absorção dos gases, está chegando a um limite”.

Igor Porto, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



Rebeldia precursora

Livro-reportagem Relato apresenta a trajetória de Nega Lu

Felipe Ewald

Se hoje, atravessando os pátios do câmpus central da Universidade, podemos ver casais homossexuais trocando carícias em público de forma corriqueira, isso em parte é o legado de figuras precursoras como a Nega Lu – identidade adotada por Luiz Airton Farias Bastos quando ainda era impensável o reconhecimento oficial do nome social. Sua vida é reconstituída de forma elaborada na obra *Nega Lu – uma dama de barba malfeita*, de Paulo César Teixeira, o qual, à medida que revela a personagem histórica, dá destaque também ao próprio espaço urbano, em especial aos meios culturais e boêmios da capital gaúcha.

Para compor o quadro, foram entrevistadas 75 pessoas, cujos depoimentos contribuíam para dar a profundidade almejada pelo autor, fugindo de imagens estereotipadas. “A Nega Lu foi uma figura pública muito badalada na cidade em seu tempo; por isso, muita gente dizia tê-la conhecido e se prontificava a contar histórias a seu respeito. Contudo, muitos desses testemunhos caíam no lugar comum da ‘bicha folclórica’, que de fato ela foi, mas que tra-

ziam o risco de empilhar histórias superficiais ao longo do livro”, ressalta Paulo César.

Isso não significa, no entanto, que o texto não esteja recheado de narrativas jocosas – o que, aliás, torna a leitura agradável –, a começar pela abertura, em que o então aluno do Colégio Infante Dom Henrique, no bairro Menino Deus, declara à professora que seu nome é Nega Lu e faz concertos à capela no recreio. Esse pendor pelo canto e pelas artes a acompanhará por toda a vida, haja vista sua passagem pelo balé e seu posto de solista dos corais da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e da UFRGS.

Foi no ambiente universitário que Nega Lu manteve contato com diferentes atividades culturais: frequentou concertos eruditos e shows de música popular, chegando a participar de espetáculos realizados no palco do Salão de Atos. Também cultivou amizades entre o público universitário, circulando pelos bares do câmpus central – num tempo em que a venda de bebida alcoólica era permitida no ambiente interno da Universidade – e da Esquina Maldita (Osvaldo Aranha com Sarmiento Leite). “Cabe ressaltar que, apesar da origem humilde, a Nega Lu se destacava pelo bom nível de conhecimentos e informações. Há evidências de que ela buscou conscientemente um patamar intelectual mais sofisticado como um passaporte que poderia lhe abrir as portas de novos círculos sociais, o que, de fato, aconteceu”, destaca Paulo César.

De acordo com ele, esses círculos e espaços contribuíram para

a efervescência cultural e comportamental de Porto Alegre nas décadas de 60, 70 e 80, forjando o perfil de inovação e rebeldia noturna que marcou o bairro Bom Fim nesta época. O declínio desse posto de reduto boêmio da cidade, que agora é ocupado pela Cidade Baixa, remonta à ação premeditada do poder público municipal e da comunidade do bairro para barrar os transtornos inevitáveis que uma zona boêmia acarreta. Paulo César lamenta “a falta de percepção de que bairros boêmios operam como laboratórios de novos comportamentos, como espaço para gestos e atitudes de mais tolerância e liberdade, o que contribui para a evolução de hábitos e costumes, areja e humaniza a sociedade”.

Ele conta que conheceu a Nega Lu no apartamento de um amigo no final dos anos 70, local que era frequentado pela fauna que circulava na Esquina Maldita. “Mas ela era quase dez anos mais velha que eu, além de ser muito espalhafatosa, o que inibia um rapaz de 18 anos já muito tímido; talvez, por isso, não lembro de ter trocado mais que duas ou três palavras com ela”, recorda. Questionado sobre onde a Nega Lu se encaixaria atualmente – ela faleceu em 2005 –, Paulo César aposta que ela “estaria na linha de frente, segurando o porta-estandarte dos grupos de vanguarda, da turma do atrevimento. Mas qualquer especulação não passaria de um exercício de imaginação. Os personagens, de algum modo, são prisioneiros de seu tempo histórico, ainda que também dele sejam protagonistas”.



TANIA MENERZ



Nega Lu – Uma dama de barba malfeita

Paulo César Teixeira
Porto Alegre: Libretos, 2015
180 páginas
R\$ 29 (preço médio)



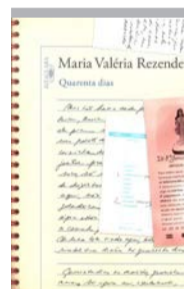
Volto semana que vem

Maria Pilla | São Paulo: Cosac Naify, 2015
96 páginas | R\$ 30 (preço médio)

Histórias de solidariedade

O que uma mulher nascida numa Porto Alegre onde reinavam os bondes, logo no final da Segunda Guerra, pode nos contar de novo sobre a trajetória dos que se opuseram às ditaduras instaladas na América Latina nos anos 1960-1970? Tudo e nada. Neste pequeno livro da jornalista Maria Pilla, o leitor se depara com lembranças recortadas de uma infância feliz na capital, passando pelo engajamento e a militância dos anos 1960, a fuga, a tortura e a prisão em Buenos Aires, até o exílio em Paris e o retorno ao Brasil. Assim enumerada, a sequência de acontecimentos da vida dessa militante de esquerda se assemelha a uma série de outras histórias trazidas à luz nos últimos tempos. O que não pode ser transmitido nos dois mil caracteres desta resenha é a delicadeza do texto, as cenas por vezes engraçadas, por vezes tristes que ela evoca ao remexer nos desvãos de sua memória. Definida pela própria autora como uma narrativa literária autobiográfica, a obra apresenta relatos sem cronologia ordenada em uma analogia à memória e seu caráter fragmentário. Avesa aos adjetivos, que na sua visão só empobrecem as narrativas,

Maria é capaz de relatar os fatos mais brutais de forma objetiva, mas não sem alma. Assim ela descreve sem localizar geograficamente o Clube Atlético, um campo clandestino de confinamento de presos políticos, no qual os familiares desenharam em 2010 o contorno de uma figura humana com latinhas de óleo cru: “Em datas importantes, o óleo era aceso para que de longe se visse a ‘silhueta’ – como passou a ser conhecido aquele lugar de memória”. Como um quebra-cabeças em que cabe ao leitor ajustar as peças do modo que desejar, os acontecimentos se sucedem numa trama aparentemente desconexa, compondo ao final um mosaico em que se misturam política, jornalismo e a história de pessoas comuns obrigadas a abraçar a solidariedade como forma de resistência à opressão. A frase que serve de título ao livro foi dita pela protagonista ao deixar a casa de seus pais em 1970 e revela uma promessa nunca cumprida: Maria passou dez anos sem rever seus familiares, depois de ter deixado o país por conta de sua atuação no Partido Comunista Brasileiro e no Partido Operário Comunista. (Ânia Chala)



Quarenta dias

Maria Valéria Rezende | Rio de Janeiro: Objetiva, 2014
246 páginas | R\$ 39,90 (preço médio)

Minha desapareência

“Continuei por semanas minha romaria pelo avesso da cidade, explorando livremente todas as brechas, quase invisíveis pra quem vive na superfície, pra cá e pra lá, às vezes à tona e de novo pro fundo, rodoviária, vilas, sebos e briqueis, alojamentos, pronto-socorro, portas de igrejas, de terreiros de candomblé, procurando meus iguais, por baixo dos viadutos, das pontes do arroio dilúvio, nas madrugadas, sobrevivente, sesteando nas praças e jardins, debaixo dos arcos e marquises, sob as cobertas das paradas de ônibus desertas, vendo o mundo de baixo pra cima, dos passantes, apenas os pés. Nem sei mais quantas vezes levei ao Borges, ao Bento, ao Protásio, ao Nilo, ao Osvaldo a minha desapareência.”

Maria Valéria Rezende, paulista de Santos, radicada na Paraíba, conta em *Quarenta dias* uma saga vivida nas ruas de Porto Alegre. Nela, Alice, a narradora, atende a uma exigência da filha, professora universitária na capital gaúcha: Norinha quer ser mãe e, para isso, precisa de seu auxílio. A contragosto, aceita a mudança, mas logo percebe o erro. Para retomar a autonomia, encontra pretexto para escapar de uma vida a qual

lhe destinavam como se fora natural: avó profissional, posto de mulher aposentada, “como se não tivesse vida sobrando para viver”. Alice sai em busca de Cícero, operário paraibano que teria vindo trabalhar no Sul e que, subitamente, deixou de mandar notícias para a família. Nesta busca, a obra se constrói com base em deslocamentos, em mergulhos que, de buraco em buraco, o conduzem por “cenas e episódios tipo país das maravilhas cruéis”. O cotidiano que vive a personagem, cada vez mais incerto em relação às necessidades básicas, torna o que comer, onde dormir, as próximas urgências a resolver, mas se mostra também mais livre, menos “destino”. Nessa jornada, Alice encontra personagens com mais e menos humanidade, mas vai, como disse a autora em recente entrevista, em busca do que lhe interessa: “o povo invisível”. De certa forma atualizando a personagem de Carrol, Alice, surpresa, penetra mundos desconhecidos, desaparecidos. *Quarenta dias*, cuja autora é freira da Congregação de Nossa Senhora, levou, em 2015, o prêmio literário Jabuti, concorrendo com, entre outros, Chico Buarque e Cristovão Tezza. (Flávio Dutra)



Entre bailes e serenatas

Samba

Jorge Domingos, 83, repassa memórias de sua vida pela música

Felipe Ewald

Na Vila Jardim, na Rua dos Prazeres, tinha uma nega (o nome dela era Odete): “Ó Jorginho, quando é que tu vais fazer uma serenata pra mim?”. “Ah, qualquer hora dessas.” Um dia, a turma se reuniu no Imperial, um salão de baile na Vila Jardim que tinha uma ótima orquestra. Saímos de lá e fomos até a casa dela, e cantei o samba que ela gostava:

Odete, ouça o meu lamento
Lamento de um coração amado

O janelão se abriu e ouvimos uma voz grossa: “Pode entrar, gostei da música!”. Era o nego dela. Ficamos parados, e eu disse: “Não, a gente estava só indo pruma serenata”.

Um tempo depois, encontrei com ela: “Vem cá, nega, tu é bem sem-vergonha!”. “Pois é, Jorginho, ele tinha dado o fora, mas depois apareceu, fez o rancho pra mim, pagou minha luz.”

Saudades – A voz de Jorge Domingos é assim: poderosa e, ao mesmo tempo, suave e aveludada. Do alto de sua serenidade, em plenos 83 anos, envolve a todos ao engatar numa palavra uma história e daí desaguar uma música. Agora que já não canta mais na noite, dedica-se intensamente a atividades voluntárias em escolas do seu bairro,

a Restinga, em sedes do Serviço de Assistência Social e Educacional (SASE) do município, em lares de idosos, entre outros locais.

“Graças a Deus, a gente tem história. Por isso que eu vou a qualquer lugar, como qualquer coisa, sem problema nenhum. Faz um tempo fui a Belém Novo numa roda de samba. Aí chegou uma senhora: ‘Mas vem cá, não estão lhe dando muita comida, né!?’ ‘Não, mas se a senhora tivesse um cafezinho eu aceitava.’ Ela foi lá pra vizinha: ‘Tem duas colheres de café pra eu fazer pro cantor aí?’. Até hoje eu não me esqueço. Aquele café estava tão bom!”, relata seu Jorge – não confundir com o homônimo carioca – e arremata: “Cada um dá aquilo que tem”.

É o que o seu Jorge tem a oferecer é a música, para a qual despertou por volta dos 15 anos, impulsionado pela saudade do pai, que foi embora com outra pessoa, deixando-o com a mãe e três irmãos mais novos, sendo um ainda de colo. “Eu trabalho desde 1946, então nunca faltou nada na nossa casa”, afirma o músico, que, com isso, não pôde se dedicar aos estudos.

“Um dia, apareceram uns colegas com violão, cavaquinho, pandeiro – a nossa casa tinha um pátio e eu varria as folhas da parreira: ‘Jorge, nós podemos fazer um samba aí?’. Quando eles estavam tocando, veio um tom e eu comecei a cantar. Todos me olharam: ‘Jorge, tu sabes cantar?’. Aí a mãe apareceu na janela (me lembro como se fosse agora): ‘Eras tu quem estava cantando, meu filho? Tu sabes cantar?’. ‘Pois é, mãe...’ Era saudade do meu velho. E dali comecei a sair com a turma pra me divertir, tomar uma *guaraná* e arrumar uma *neguinha* pra dar uma dançadinha também”, recorda.

Orquestra – Nessa época morava no Passo da Areia, perto de onde hoje é o Hospital Cristo Redentor. Com o tempo começou a ser chamado para cantar em festas. Com 18 anos, depois de uma apresentação veio um senhor solicitando que ele fosse cantar em sua casa na quarta-feira seguinte. Ele perguntou quem era e recebeu como resposta: “Eu sou o major Euclides, da Banda da Brigada”. Assim, ampliou os espaços de atuação, cantando em bailes com uma orquestra que tinha músicos da brigada, do exército e da aeronáutica.

A cada apresentação incluía duas ou três músicas novas no repertório. Para aprender as canções, escutava-as no rádio, nos primórdios da Guaíba, cujo acervo musical muito apreciava. Os músicos podiam ler as partituras na hora, mas seu Jorge precisava memorizar. Para isso, lia, ainda na Folha da Tarde, a seção *A Guaíba ensina os sucessos*. “A gente escutava a música e, no outro dia, vinha a letra. Quando chegava o sábado, uma hora antes da apresentação, a gente ensaiava a música. Dessa forma, eu sempre tinha novidade para cantar”, rememora.

Seu Jorge tem boas recordações dos eventos elegantes – usava sempre gravata-borboleta –, apesar de cantar a noite toda – o baile começava às 22h e acabava às 6h –, o que o impossibilitava de namorar: “No máximo, abria um botão da camisa e atirava o coração para a pretendente, que nunca me esperava no final”. A jornada era especialmente cansativa porque cantava sem aparelhagem, sem microfone. “Era só aqui, no gogó. Além disso, tinha metais na banda, que são altos. E ainda por cima, o maestro dizia: ‘Tu não podes gritar. Tem que cantar!’”, enfatiza.

A despeito dessas experiências, cantando na noite desde os 18 anos e metido na boemia durante boa parte da vida, a música não chegou a se tornar sua atividade principal. “Era um troquinho pra ajudar minha mãe e meus três irmãos”, pondera. Os quatro já faleceram, assim como três esposas – hoje é casado com uma “gringa”, como ele diz, com quem está há quase 20 anos –, mas o lugar da música como busca da alegria e cura da saudade permanece intacto. Exemplo disso é o samba que fez para os oito filhos, único que diz ter composto:

*Construí meu lar
Panela e fogão a carvão
Mas não deixei faltar
Arroz e feijão pro meu batalhão
Oito camas de solteiro
E uma cama de casal
Sob a luz do candeeiro
Meu São Jorge cavaleiro
Protegendo o pessoal*

Serenatas – Aos compromissos formais nas noites podiam seguir *canjas* informais na casa de amigos, como aquela para a Odete, que acabou frustrada. Quem ajuda a relembrar é Geraldo do Cavaco, parceiro na vida musical: “A gente dizia: ‘Vamos lá na casa do fulano dar serenata’. Pegávamos o dono da casa de surpresa. A pessoa abria a porta e a gente entrava. O cara não tinha nada pra oferecer, era madrugada”. Eles comentam que hoje as pessoas oferecem comida, mas que, antigamente, não davam nada a noite toda.

“Tinha gente que dizia: ‘Não vão embora não. Deixa abrir o armazém’. Às vezes, eram cinco horas da manhã, estava tudo fechado e a gente vá tocar, sem comer nem beber nada. Esses tinham conside-

ração. Aí, iam lá, compravam pão, linguiça, faziam um café e botavam na mesa pra gente. Do contrário, tinha aqueles que diziam: ‘Bom, muito obrigado, tchau’. E a gente ia comer em casa”, conta Geraldo. Seu Jorge engata uma história:

Uma vez lá em Niterói (Canoas), naquele tempo do barro, fomos tocar numa festa. Chegamos lá, vá samba, vá samba; tinha tudo pra comer. Chegou uma hora, a dona da casa se encheu de cachaça e queria namorar o nosso pandeirista: “Ai neguinho, como tu é querido e bonito!”. O marido viu e botou todo mundo pra correr. Fomos embora, mas estava tudo escuro, não tinha luz. A gente estava a pé e vinha um guarda noturno com uma lanterna. Eu já fui falando: “Ó seu guarda, não se assuste!” – sabe como é, o coitado com medo de um bando assim – “Nós estamos de paz, viemos duma festa agora”. O ônibus pra Porto Alegre era só de manhã. Eu digo: “Vem cá seu guarda, tu não conheces o Libanês Dutra, portuário que toca bandolim?”. “Claro, o seu Libanês é nosso amigo, quando tem bastante coisa lá no porto, ele traz pra gente e distribui”. Era um homem com uns dedos grossos assim, mas tocava bandolim que vou te contar! O guarda nos levou e nós começamos a tocar. Aí a luz da área acendeu, a porta se abriu e o Libanês apareceu de pijama com o bandolim na mão: “Jorginho, como é que tu me achou?”. Nós entramos e os filhos e a esposa se levantaram: “Olha velha, esse aí é o Jorge, que eu te falo, que canta na noite, mas é sem-vergonha que eu vou te contar”. Aí passou uma roda de trago, mas eu vi que só tinha meia garrafa. Ele me chamou: “Olha, não tem nada, essa semana a estiva não deu nada”. Eu digo: “Não, nós viemos aqui só pra passar a noite até ter condução pra ir embora”. “Pois é, mas é chato. Está tão bonito, Jorge, e tu entraste cantando o samba que eu gosto!”. Ele abriu a janela da cozinha que dava para um milharal. Já foram lá, pegaram as espigas, acenderam o fogo debaixo do panelão. Foi uma das melhores serenatas que eu fiz, pela acolhida, pelo carinho... E por aquele milho.

Ancestralidade – Quem tem o privilégio de escutar as cantorias e histórias do seu Jorge, que costura a conversa com textos melódicos e narrativos, se admira com esse cantor das músicas “diferentes” (das contemporâneas), de compositores e intérpretes deixados na era do rádio, como Francisco Alves, Vinicius Eliud, Herivelto Martins, Nelson Gonçalves, David Nasser.

No repertório atual, dá ênfase às canções ligadas à espiritualidade e à ancestralidade africana, o que motiva sua conexão com atividades de pesquisa e extensão na Universidade, tendo se apresentado no Salão de Atos durante o Seminário de Poéticas Oraís, em eventos da Pró-reitoria de Extensão e na Rede Interdisciplinar e Multidisciplinar de Pesquisa de Estudos Africanos.

FLÁVIO DUTRA/JU





► **Redação** Ánia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



Música para todos

Extensão Programa do Instituto de Artes completa duas décadas de atividades com a comunidade

Tendo por princípio de ensino o incentivo à realização musical nos mais diversos contextos, níveis e atividades, o Programa de Extensão em Música do Instituto de Artes da UFRGS atende anualmente cerca de 1.500 pessoas.

Criado em 1995 no Departamento de Música, o Programa ofereceu inicialmente aulas de Teoria e Percepção Musical e, já no ano seguinte, os Cursos de Instrumentos. Conforme a coordenadora do Programa, Regina Antunes Teixeira, a ideia é oportunizar atividades extra-

curriculares a jovens e adultos na área de Música, sejam eles da comunidade ou estudantes dos cursos de graduação em Música. São promovidos cursos, oficinas, seminários, masterclasses, laboratórios e apresentações artísticas, dentro e fora da Universidade. As oficinas e cursos podem ser de caráter permanente ou eventual, sendo que a esta última categoria correspondem as masterclasses ministradas por instrumentistas profissionais, vindos especialmente por convite dos professores responsáveis pelo

setor de instrumento e canto.

A coordenadora ressalta que todos os professores do Departamento de Música estão envolvidos no Programa, atuando como ministrantes ou coordenadores. A iniciativa também conta com um técnico-administrativo e cerca de 30 bolsistas.

Sem barreiras – Questionada sobre se existiria maior dificuldade em ensinar música para as pessoas que tocam de ouvido, Regina afirmou que “essa prática é cada vez mais valorizada como uma

forma de expressão que ajuda o iniciante em sua aproximação do som aos símbolos, isto é, quando o aluno primeiro toca (fala) e depois aprende a notação (escreve). Então, em princípio, o ‘tocar de ouvido’ não é uma barreira para a aprendizagem”. Segundo a docente, isso implica que o iniciante já disponha dos meios implícitos de conhecimento em música. “Tal concepção pode facilitar àqueles que procuram nossos cursos, porque muitos deles são músicos profissionais e buscam complementar sua prática musical.” Para ela, independentemente de tocar de ouvido ou não, uma das maiores dificuldades é a prática da leitura, do próprio instrumento ou de solfejo, vitais para o desenvolvimento da compreensão dos mecanismos cognitivos de leitura.

Apesar de não haver um mapeamento de egressos dos cursos de extensão que posteriormente ingressaram em cursos superiores de Música, a docente observa que no IA, hoje, existem estudantes que cursaram previamente alguns semestres do Programa.

De acordo com Regina, os instrumentos mais procurados têm sido os de corda (violão, violino e violoncelo) e piano. Porém, as oficinas de Percussão Popular, que envolvem práticas em conjunto, também têm suscitado bastante interesse. Outros dois cursos complementares cujas vagas são bastante disputadas são o de Atividades Corais e o de Teoria e Percepção Musical. As Atividades Corais, projeto que possibilita o desenvolvimento vocal e musical por meio do canto em conjunto,

contemplam desde o nível iniciante até o avançado em sete grupos diferentes, entre eles um voltado especialmente para o público infante-juvenil e outro para a terceira idade. Já a Oficina de Teoria e Percepção Musical abrange uma população bastante variada em termos de idade e formação prévia, incluindo pré-vestibulandos, que visam à prova específica do curso de Música da UFRGS.

Oficinas e recitais – Dentre as oficinas de caráter permanente, destacam-se: Percussão Popular, Núcleo de Música Improvisada, Iniciação à Regência, Alfabetização Musical - Ensino Coletivo de Violão, Ópera, Cavaquinho e o Curso de Extensão em Instrumento Musical.

Além das aulas, a iniciativa realiza recitais ao final de cada semestre, por meio do projeto Sarau no IA. Em 7 de dezembro, por exemplo, ocorreu a 1.ª Amostra Percussiva na UFRGS, com apresentação dos participantes da Oficina de Percussão Popular no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes.

Para quem se interessa em participar dessa atividade de extensão, as inscrições online poderão ser feitas pelo endereço <http://www.ufrgs.br/artes/extensao/musica> no período de 23 a 25 de fevereiro de 2016. O início das aulas está previsto para o dia 29 de fevereiro, junto com o semestre acadêmico da Universidade. Mais informações pelo telefone 3308-4325 ou pelo e-mail extmusica@ufrgs.br.

EXPOSIÇÃO

Brincantes

Mostra de Carusto Carmargo, em que o artista explora a ludicidade e a transgressão por meio da associação de fragmentos de bonecas de porcelana em peças que lembram vasos. Colocados juntos em uma mesma peça, cabeças, braços e pés resultam em figuras que parecem tentar escapar do espaço no qual estão contidas. A exposição de Carusto, que é professor de cerâmica do Instituto de Artes da UFRGS e coordena o Núcleo de Instalação Artística, tem curadoria da também docente do IA Blanca Brites. Visitação: até 28 de janeiro. Local e horário: Microgaleria Arte Acessível do Studio Clio, de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h30. Entrada franca.

Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Mostra de obras do acervo da Universidade que recupera sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes e pelo Departamento

de Difusão Cultural da UFRGS, com a curadoria dos professores Blanca Brites e Paulo Gomes. Visitação: até 18 de dezembro, com reabertura em janeiro de 2016. Local e horário: Salão de Festas da Reitoria, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h. Entrada franca.

As Meninas do Quarto 28

Baseada no livro homônimo de Hannelore Brenner, a exposição foi adaptada para o Brasil e reúne mais de 20 painéis, 40 desenhos e instalações para representar o quarto onde cerca de 50 meninas ficaram alojadas durante a II Guerra Mundial. Patrocinada pela ONU, a mostra está percorrendo o país desde o ano passado, depois de ter sido apresentada em vários países europeus. Visitação: até 31 de março de 2016. Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Entrada franca.

Coleção de Saberes: Trajetórias de Conhecimentos na UFRGS

Mostra que exhibe as coleções e os acervos da Rede de Museus e Acervos da UFRGS (Reman) e reúne instrumentos, artefatos arqueológicos e fósseis, projetos e registros científicos, publicações, rochas e minerais, obras de arte, acervos de ensino utilizados na formação de alunos e pesquisadores. Tais objetos representam uma parte do patrimônio cultural material e imaterial produzido e preservado pela Universidade. A exposição deriva da mostra homônima apresentada pelo Museu da UFRGS entre outubro de 2014 e agosto de 2015. Visitação: até 30 de maio de 2016. Local e horário: Espaço Ciência e Cultura Professora Alba Theumann do Instituto de Física, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h. Agendamento de visitas: 3308.6421. Entrada franca.

TEATRO

Mostra DAD/2015-2

Atividade do Departamento de Arte Dramática do IA que reúne trabalhos dos cursos de Interpretação e Direção Teatral. Coordenação de Gisela Habeyche e Luciana Éboli. Entrada franca.

EXPEDIÇÃO MONSTRO

A partir de texto inspirado no livro e no filme *Onde Vivem os Monstros*, de Maurice Sendak e Spike Jonze, apresenta a trama de crianças que se unem para uma expedição na floresta. Apesar de amigas, elas não são nada parecidas entre si e terão de aprender a trabalhar em grupo e lidar com medos reais e imaginários. Com direção de Matheus Melchionna, traz no elenco Ana de David, Ander Belotto, Lauro Fagundes, Luísa Horta e Maurício Schneider. Orientação de Patrícia Fagundes (direção) e Daniela Aquino (atuação). Sessões: 14, 15 e 16 de dezembro (segunda, terça e quarta). Local e horário: Museu Joaquim José Felizardo, 16h.

GAGA [IN DRAG]

A peça mergulha nas propostas artísticas de Lady Gaga, tendo como

base o universo das drag queens. Com orientação de Daniela Aquino, atuação de Draga Hanza, performances de Fabrício Zavareze, Juliano Felix, Julio Estevan e Pedro Valduga, música de Anderson Costa, Felipe Dreyer e Gabriel Sá, com vídeos de Luiz Manoel e Rodrigo Sacco Teixeira. Sessões: 15, 16 e 17 de dezembro (terça, quarta e quinta). Local e horário: Sala Alziro Azevedo, 20h.

PTERODÁTILOS

Baseado em texto de Nick Silver, é apresentada história de família guiada por princípios morais, cujo ingresso do namorado da filha e o retorno do filho, após longo período de ausência, abalam o mundo de aparências, revelando as complexas relações entre os personagens. Com direção de Brenda Knevez e com elenco Junior Sifuentes, Laura Hickmann, Leonardo Peralte, Lorenzo Lopes e Siane Leonhardt. Sessões: 18, 19 e 20 de dezembro (sexta, sábado e domingo). Local e horário: Sala Alziro Azevedo, na sexta, às 20h; sábado e domingo, às 18h.

CURSOS

Restauromonumental na Catalunha

Ação de extensão dos cursos de História da Arte e de Arquitetura e Urbanismo, em formato de viagem de estudos para conhecer obras de restauro de diversas épocas, na Catalunha. As aulas serão ministradas por Raquel Contreras, do Serviço de Patrimônio Arquitetônico de Barcelona. Data: 14 a 21 de fevereiro. Local: Catalunha, Espanha. Pré-inscrições e informações: www.ufrgs.br/artearquitetura/contato/

Fotografia Digital 1

Atividade do Núcleo de Fotografia da Fabico com aulas teóricas e práticas visando a pessoas que queiram desenvolver noções básicas em fotografia. Data: 13 a 27 de fevereiro. Local e horário: Fabico, turma 1 - sábados, das 9h às 12h e das 13h às 17h; turma 2 - segunda a sexta-feira, das 14h às 17h. Informações: <http://www.ufrgs.br/fotografia>

ONDE?

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Museu Joaquim José Felizardo**
João Alfredo, 582
Fone: 3226-7560

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110 - térreo
Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Studio Clio**
José do Patrocínio, 698
Fone: 3254-7200

Meu Lugar na UFRGS

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Biblioteca em movimento

Quando se aposentar, em março de 2016, Ivone Job completará 35 anos dedicados à UFRGS, 20 dos quais à biblioteca Edgar Sperb, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid). Nesse período, a bibliotecária-chefe passou por uma revolução tecnológica na profissão – de telefonemas para acessar bases de dados à conexão ao acervo das bibliotecas na ponta dos dedos. O que prometia facilitar o trabalho, segundo Ivone, acabou aumentando a carga sobre o profissional, já que a biblioteca deixou de ser um espaço físico para estar em todos os lugares.

Cronologicamente, a Edgar Sperb foi o terceiro lugar de Ivone na Universidade. Antes, ela havia cursado a graduação na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) e, poucos anos depois de se formar, entrou na biblioteca do curso de Farmácia, onde fez estágio e trabalhou por 15 anos até pedir transferência para a biblioteca da Educação Física. Ainda assim, ela demonstra um carinho especial pelo lugar em que atuou durante os últimos 20 anos. Um câmpus, segundo Ivone, diferente do restante da universidade que ela conhecia: “Os alunos e os professores são mais relaxados, flexíveis, não se briga com ninguém. Aqui usam mais shorts, tênis, abrigo; os professores não usam gravata. É diferente, mas gosto bastante”.

Na Educação Física, uma de suas primeiras tarefas foi a catalogação e o registro no sistema do acervo histórico, que conta com itens raros da área. Ela conta que, quando chegou à Esefid, as bibliotecas da Universidade passavam por um período bastante difícil, com pouca verba para material e o uso de fotocópias de livros para suprir a demanda de bibliografia dos cursos. Em 2000, foi duplicada a área da biblioteca, o que, segundo Ivone, era suficiente para apenas dez anos de crescimento da faculdade, que ainda não contava com os novos dois cursos que o câmpus passou a abrigar: Fisioterapia e Dança.

Ivone teve um papel especial na *Movimento*, revista da Esefid que aborda aspectos da Educação Física relacionados às Ciências Humanas e Sociais, que a bibliotecária ajudou a reestruturar e que hoje é uma das principais

revistas da área no país, com visibilidade internacional. Ela explica que, ao voltar de seu mestrado, em 2006, a revista já tinha importância, mas estava um tanto abandonada, com três edições ao ano. Foi quando o professor responsável a convidou a ajudar. Ivone levou a *Movimento* para dentro da biblioteca, o que, segundo ela, “é muito importante pra revista ter um local e existir. Antes, ela só existia na gaveta do editor e era feita de uma forma muito descomprometida”.

Ela e mais um aluno estudaram e implantaram o Seer, Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, e logo em seguida digitalizaram e disponibilizaram online as edições antigas. Em questão de três anos, a publicação passou a ser trimestral, indexada em cinco bases de dados e ganhou conceito máximo da Capes.

“Gostei tanto da revista que resolvi fazer meu doutorado sobre ela”, conta Ivone. Na pós-graduação, cursada na própria Esefid, a bibliotecária criou um instrumento de avaliação e estudou revistas nacionais de Educação Física. A experiência na *Movimento* lhe deu conhecimento também para passar dicas a alunos e professores sobre o que se deve ou não fazer para escrever artigos acadêmicos. Na biblioteca, são feitas frequentemente oficinas de referência bibliográfica, normas ABNT, normalização e de como escrever artigos. “Analisai todos os pareceres de artigos enviados à *Movimento* de 1994 a 2007 – como estavam escritos e porque eram rejeitados.”

O que Ivone vai sentir mais falta quando se aposentar é da equipe de trabalho. Ela acredita que a aposentadoria faz parte de um ciclo, e que deve deixar espaço para que entrem pessoas mais novas, com pensamentos diferentes. “Mesmo que tenha experiência, a gente atrapalha”, explica, ainda que não pretenda deixar de fazer, voluntariamente, o que mais gosta, que é a assessoria e a editoração tanto da *Movimento* como de outras revistas de Educação Física.

Antônio Assis Brasil

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

A primeira de muitas

Yeda Dick
Professora precursora do Instituto de Química conta sua vida na Universidade

Pioneirismo é a primeira palavra que vem à mente para definir o percurso de Yeda Pinheiro Dick na Universidade. Aluna de química quando poucas mulheres faziam ensino superior, primeira professora mulher do Instituto de Química (IQ) e primeira mulher também no Conselho Superior do CNPq, docente das primeiras turmas do Colégio Aplicação, além de uma das primeiras pessoas interessadas em realizar pesquisa dentro da UFRGS. Tudo isso numa época em que mulheres, no Brasil, tinham que pedir permissão para trabalhar fora de casa.

A professora nos recebeu em sua casa, a mesma em que viveu com seu marido, Tuiskon Dick, ex-reitor da UFRGS de 1990 a 1992, até seu falecimento, em 2008, no bairro Boa Vista, em Porto Alegre. Aos 90 anos, se dispôs à conversa de uma hora, contando casos e dando pequenas aulas de bioquímica que revelam um pouco de sua história e da Universidade, com pequenas falhas na lembrança de datas e nomes que seguiam um “no me acuerdo” ou “não se pode puxar muito de uma professora de 90 anos”.

Trajatória – Yeda se formou em 1950 e trabalhou por dois anos no Moinho Rio-Grandense, na preparação de rações balanceadas. Em seguida, devido ao seu desempenho acadêmico na graduação, foi chamada pelo professor Luiz

Pilla a lecionar na Universidade. “Foi uma revolução, porque nunca tinha entrado uma mulher”, conta a química, que foi a primeira professora do IQ, na época denominado ainda Instituto de Química Industrial, ligado à Faculdade de Engenharia, e completa: “Eu também não tinha muitas alunas mulheres. No início, pensavam que o professor Pilla estava maluco por colocar uma mulher aqui dentro, um horror. Achavam que ia botar fogo na Universidade”.

Em 1954, começou a lecionar também no Colégio de Aplicação, nas turmas iniciais da escola, em turno duplo com as aulas que dava na graduação. Passados mais alguns anos, com o nascimento dos filhos, a jornada de trabalho aumentou, o que, somado ao fato de estar sem receber por dois anos, fez com que anunciasse o seu desligamento. Isso gerou revolta nos alunos, que foram reclamar ao reitor: “Ele falou: ‘Mas que vergonha uma universidade que não paga os professores! A senhora está nomeada a partir de agora como professora regular.’ E eu aceitei; resolvi que ia me virar de um jeito ou de outro. Meu marido concordou, e eu fiquei dando aulas na UFRGS e no Aplicação, recebendo”, ela explica, acrescentando que alunos do ensino médio a ajudavam, tricotando roupas para seus bebês, sendo que alguns desses alunos são seus melhores amigos até hoje. “Era muito difícil ser mãe e professora, mas era bom.”

Yeda conheceu o marido num baile da reitoria. Tuiskon Dick havia terminado o mestrado há pouco tempo. Ela estudava o assunto na pós-graduação e utilizava o conhecimento em seu trabalho no Moinho Rio-grandense. “Ele me tirou pra dançar e me disse ‘eu trabalho com aminoácidos’. Respondi que conhecia, e acho que o surpreendi, porque talvez fosse a única pessoa que entendia do que ele estava falando. Aí tava pronto,

dançamos a noite inteira. A placa do meu carro é 0507, a data em que nos conhecemos. Foi ele quem escolheu”. Os dois seguiram dando aula na UFRGS até se aposentarem, e seus três filhos, Deborah, Luís Frederico e Ingrid, estudaram na Universidade, sendo que os dois primeiros são hoje professores.

Ela e o marido também foram pioneiros na pesquisa acadêmica. Não que não existisse na época, mas eram poucos os professores universitários no Estado que se preocupavam com pesquisa, uma vez que se ocupavam principalmente com o ensino. Yeda explica que conhecia e achava interessante a investigação por influência de seu cunhado, que vivia na Alemanha, mas seu chefe e os colegas a olhavam de jeito estranho. “Meu chefe dizia não entender porque eu gostava tanto de pesquisar. Os outros viam isso como loucura. Meu cunhado era pesquisador na Alemanha, e era ele quem importava os produtos necessários para mim, e eu pagava”.

Yeda vive hoje em uma bela casa com duas gatas e algumas cuidadoras – “todas mulheres”, faz questão de ressaltar. Além da visita dos filhos e oito netos, ela frequenta reuniões quinzenais com amigas, onde, “além de comer bastante, gostamos de conversar sobre tudo, inclusive política. Todos os dias leio jornal, vejo quem morreu e faço palavras cruzadas”, detalha, revelando que a TV oscila entre canais católicos e jornalísticos. Mas o que mais gosta de fazer, confessa, é dar aulas de química para quem está por casa: “Por exemplo, por que a gente sente sonolência depois do almoço? Por causa da (como se chama?) alcalose pós-prandial. O sangue desce pro abdômen e aumenta seu pH. Isso é uma alcalose, e isso causa a sonolência”, aprendo.

Antônio Assis Brasil, estudante do 7.º semestre de jornalismo



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Compartilhar, uma palavra tão comum em tempos de tecnologias digitais, possui um sentido especial para os senegaleses. Significa acordar cedo e dividir com pessoas desconhecidas o pouco que têm. E foi isso o que tentaram mostrar, no dia 1.º de dezembro passado, em uma caminhada pelo centro da cidade de Porto Alegre. Por onde passavam, ofereciam aos que encontravam um pedaço de pão e um copo de café. Com este gesto, procuravam transmitir mensagens de amor, paz e união.

A caminhada, que saiu do Mercado Público e foi até a Paróquia da Conceição, deu início à celebração da *Magal de Touba*, uma festa religiosa em homenagem ao líder muçulmano Cheikh Ahmadou Bamba, que lutou pela liberdade religiosa no Senegal durante a colonização francesa.

O evento, que dura o dia inteiro, é composto principalmente de orações e cantos e inclui também conversas sobre a situação dos imigrantes no país, além de um almoço organizado pelos próprios participantes. Em torno de 500 senegaleses estiveram presentes no salão da paróquia, muitos vestindo trajes típicos e munidos de objetos sagrados. Para Mame Khadim Toure, videomaker senegalês, essa data é muito especial para o seu povo, pois é o momento de celebrar a paz e a união com senegaleses espalhados pelo mundo todo.

Em um país de maioria cristã como o Brasil, o islamismo é pouco conhecido. Os noticiários frequentemente o relacionam a grupos terroristas envolvidos em conflitos pautados pela intolerância religiosa. Um dos objetivos da caminhada era mostrar que os ataques ocorridos nos Estados Unidos e em países da Europa não representam os princípios muçulmanos, e que o islã prega a paz. Pela integração, pretendem reduzir o preconceito e a xenofobia que os senegaleses, assim como outros grupos de imigrantes negros, vêm sofrendo.

Magal de Touba

FOTOS **LEONARDO SAVARIS** TEXTO **MICHELE MARIA VENZO**



LEONARDO SAVARIS

É ESTUDANTE DO CURSO DE FOTOGRAFIA DA UNISINOS, EM SÃO LEOPOLDO.

MICHELE MARIA VENZO

É MESTRANDA NO PPG EM ARQUITETURA DA UFRGS, EM TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA DA ARQUITETURA.





A solidão da **RUA**

TEXTO **SAMANTHA KLEIN**

FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

O VIADUTO DA BORGES DE MEDEIROS é um dos cartões postais de Porto Alegre. Erguido nos anos 20 do século passado, ele projeta um tempo em que a cidade se expandia a partir das influências francesas na arquitetura, se tornando um dos mais icônicos pontos da Capital. Por entre as curvas e pilares em estilo arquitetônico eclético, alguns apenas passam, enquanto outros fazem do viaduto a sua casa.

O problema social dos moradores de rua é antigo e está presente em todas as grandes cidades, conforme ressalta o sociólogo da UFRGS Ivaldo Gehlen. Mas as razões que levam um indivíduo a ficar vivendo em um espaço público precisam ser discutidas.

As questões relacionadas a perdas familiares, sentimentais, materiais, violência, além dos vícios, continuam entre as principais causas que levam pessoas a irem viver nas calçadas das avenidas das cidades. Os especialistas percebem mais usuários de drogas entre esses indivíduos. No entanto, mesmo com as devastadoras consequências do uso do crack, não é possível afirmar que tenha ocorrido uma mudança substancial do perfil daqueles que estão escolhendo, ou não tendo alternativa, a não ser eleger praças e viadutos como destino.

“A tendência é pelo aumento da população mais idosa nas ruas. Nos últimos anos, o incremento das políticas sociais contribuiu para a geração de mais oportunidades de trabalho e de estudo, estancando o deslocamento de jovens para as ruas. Não se modifica, entretanto, a realidade do público de mais idade”, observa Ivaldo Gehlen.

Enquanto os transeuntes tentam desviar de colchões e cobertas encardidas, muitas vezes com medo de um assalto, pessoas vivem em condições precárias. O viaduto Otávio Rocha é apenas um exemplo do que se espalha por todo o eixo central de Porto Alegre e em alguns bairros, como Azenha, Bom Fim, Cidade Baixa, Floresta e Menino Deus, além das margens do Guaíba ou do Arroio Dilúvio.

Fomos conversar com alguns desses moradores em busca dos motivos que os levaram a viver nas ruas. Uns preferem ficar sem casa; outros sonham em retornar ao lar; alguns já conseguiram voltar ao abrigo de uma residência e projetam o futuro.

Invisibilidade, mas nem tanta

Rodrigo levanta antes de o sol clarear o parque. Busca na mochila uma gilete já usada, sabão e um pouco de água e, sentado em um banco voltado para a 24 de Outubro, começa a se barbear. Tem um pequeno espelho, desses comprados no R\$1,99, para fazer o desenho da barba. “Gosto de estar bem apresentado.” O ritual se repete de dois em dois dias.

O que segue a essa ação não é um trabalho formal, com carteira assinada, salário e férias remuneradas. Rodrigo é morador de rua há um mês. Resolveu que o Parcão, no bairro Moinhos de Vento, seria seu novo endereço. Segundo conta, o que lhe tirou de casa foi a violência do cunhado contra a irmã. Como vivia de favor na residência do casal, decidiu que não poderia mais conviver com aquela situação. “Um dia ele queria entrar no meu quarto para brigar comigo armado com um facão. Minha mãe me dizia para rezar, ter fé em meu Senhor e esperar, que tudo ficaria bem. Mas não aguentei mais. A mana Janaína não quer sair de casa por causa dos filhos”, justifica.

O Parcão, segundo ele, foi escolhido por causa de uma visão. Rodrigo garante ser médium. Ele frequenta um centro espírita e uma igreja Adventista. Sempre com uma bíblia na mão, tem fala mansa e sorriso fácil em oposição ao seu dramático histórico de vida. A primeira vez na rua não foi aos 40 anos, recém-completados, mas aos nove. Na época, ele e o irmão mais velho perambulavam pelo mesmo parque para conseguir algum dinheiro e fugir da violência que a mãe sofria dentro de casa.

Voltou para a residência da família depois que a mãe os encontrou, mas a experiência o aproximou do álcool e da maconha. Para sustentar o vício, roubava bicicletas na vizinhança. Mais tarde, casou-se, mas a bebida continuou no seu cotidiano. “Bebia somente no final de semana”, argumenta. “Mas minha mulher trabalhava de noite, e eu enxergava ‘bichinho’ nela. Acho que ela nunca me traiu, mas brigávamos muito; isso nos levou à separação.” Antes de romperem, porém, foi preso por porte de meio quilo de maconha. Foi enquadrado por tráfico e condenado a três anos em regime fechado.

Rodrigo nega que fosse traficante. “Fumava minha maconha. Naquele dia em que a policial me pegou, não estava vendendo nada. Mais consumia do que vendia”, sustenta. Mesmo que a legislação não defina um percentual para consumo, a quantidade apreendida era superior aos padrões “normais” de porte para um usuário de entorpecentes. Cumprida a pena no Presídio Central e na Modulada de Charqueadas, Rodrigo virou a página. “Nunca provei crack nem posso sentir o cheiro da maconha que passo mal. Ah, glória!”

Na cadeia, tatuou o amor pela ex-mulher nos dedos – *Tê amo Sane*. “Ela me visitava, nunca me abandonou.” Hoje, Sane lava as suas roupas quando ele vai a Viamão visitar o filho de 14 anos. Na manhã de uma segunda-feira de dezembro, Rodrigo estava exultante porque o garoto o tinha levado ao cinema. “Vimos um filme de pinguins, e ele pagou o ingresso. O Gilberto está na oitava série e ganha o dinheirinho dele ajudando o tio na instalação de TV a cabo. Estou muito orgulhoso.”

AVC – Rodrigo já foi pintor e fazia reparos quando morava em uma casa com a família. Mesmo com o hábito da bebida, não faltava ao trabalho. Há seis anos, um acidente vascular cerebral interrompeu suas atividades. Como sequelas, o braço direito ficou sem movimento. Ele também precisa de muletas para caminhar.

Um laudo médico não concedeu aposentadoria por invalidez, o que poderia resolver o problema de moradia. Com fisioterapia oferecida pela rede pública, teve algumas melhorias no quadro, embora os resultados sejam muito lentos. “Fiz muitas sessões, mas é difícil sair do parque e ir para o Centro. Chego lá e em meia hora já sou dispensado, não me parece que vou melhorar.”

As muletas que usa para se locomover já tiveram, porém, outra função. Questionado sobre o medo de algum eventual ataque por transeuntes do parque, ele mostra o instrumento utilizado como apoio ao corpo. “Não fico com medo de nada porque, se algum playboy surgir aqui para me enxotar ou me agredir, vou me defender bem”, diverte-se.

Vontade de voltar para casa

“Me roubaram tudo, não sobrou nada. Estou sem roupa, sem meus documentos, sem as coisas de banho que ganhei na semana passada”, diz Adriana ao telefone. Ela liga de um celular emprestado por algum professor ou funcionário da Escola Porto Alegre, que atende moradores de rua. Questiono se ela fez boletim de ocorrência, e Adriana garante que sim. No dia seguinte, em meados de dezembro, ela liga novamente para contar que conseguiu refazer a carteirinha do SUS.

Desde o inverno, Adriana vive com o marido na calçada da Panambra. Como são obrigados a saírem de lá durante o dia, escondem as cobertas em uma praça que fica em frente à revenda de carros localizada na avenida da Azenha. “Só queria voltar para a minha casinha antes do Natal. Queria estar lá com meus cachorros e meus filhos”, lamenta

O barraco em que viviam até poucos dias está caindo. No endereço localizado no bairro Serraria, na zona Sul da Capital, é marcante a precariedade das tábuas enjambradas com telhas furadas. Ao entrar no local de 12 metros quadrados, ratos correm de um lado a outro. Um colchão encardido resiste ao tempo e alguns utensílios de cozinha estão dispostos sobre uma mesa antiga recolhida de um lixão. Adriana e Francisco eram catadores e também procuravam pequenos biscates, como limpeza de calçadas e corte de grama, para conseguir dinheiro. Com o risco de desmoroamento em dia de chuva mais forte, o casal saiu da casa e voltou a viver nas calçadas.

O problema foi o crack. Durante uma década usaram a pedra incessantemente. “Nunca roubamos, sempre conseguíamos uns trocados para comprar”, resume Francisco, 46 anos. Com o abuso da droga, uma tuberculose se acentuou, e Adriana chegou a ter menos de 30 quilos. Foi nessa época que o casal tentou trabalhar como gari, mas o emprego não durou mais de uma semana. “Ela não conseguia parar em pé debaixo do sol. Acabamos largando o serviço e voltando aos biscates ou a pedir dinheiro mesmo”, diz Francisco.

A droga foi responsável pelo afastamento dos filhos. Ela tem cinco, sendo que perdeu outros dois. O mais velho tem 22 anos. O adolescente tem 15 e vive em um abrigo em Gravataí. “Espero que ele me perdoe. Ensinei meus filhos a terem amor, espero que ele ainda queira me ver.”

Hoje, Adriana e Francisco comemoram cada dia sem crack como a vitória de uma vida inteira. “É um passo de cada vez. A fé e a igreja estão nos ajudando. Ah, glória!”, diz Francisco.



A saída da rua

O caminho para a saída das ruas é viável, mas não significa o afastamento total. Anderson Ferreira, que ficou dez anos morando ao relento, trabalha voluntariamente na Escola Porto Alegre com redução de danos. “O conceito de morador de rua está dado pela sociedade. Quem dorme embaixo da marquise, no banco da praça é visto como aquele que não produz, não trabalha e fuma crack. Essa conceitualização já está formada, agora precisamos desconstruir isso. É o que tento trabalhar com os alunos nas oficinas”, ressalta.

A redução de danos, conforme Anderson, é a contextualização das motivações que levam as pessoas a morarem na rua e a utilizarem drogas, e não a abstinência total. “O álcool pode ser consumido todos os dias nos bares porque o pessoal trabalha e não é tachado. Agora, quem está na rua é discriminado. Por isso, trabalho com a autoestima e mostro que a utilização de substâncias não é terra arrasada. Quem não quer parar de usar, está de boa, não levo esse discurso porque não resolve o problema.”

Quem diz é um ex-viciado em crack que durante 15 anos consumiu o subproduto da cocaína. Ele conta que começou a utilizar a droga muito cedo, depois que saiu de casa aos 17 anos para morar com uma

companheira. Formado em direito, ele sabia fazer o próprio empreendimento decorrentes do uso do crack, mas, quando vieram, culminou na saída de casa. A partir de lá,

Em 2004 foi morar na praça da Baixa, onde encontrou uma comunidade que trabalhava na noite. Ali ele conheceu o mundo das travestis. “Vocês são mais humanas do que elas”, diz. “O tipo de preconceito, são os tipos que já conheci.”

Aliado à rua, vieram o tráfico de mão armada, resultou em um período de prisão em regime semiaberto. Anderson já estava em outro período de prisão. Havia largado a droga para trabalhar em espaços públicos. Estava, também, lutando pelos direitos dos moradores de rua.

Por falta de vagas, cumprimos o tempo e me fechado. Reclama da falta de políticas públicas e das condições de trabalho e atendimento médico somente em hospitais morrendo. Fora isso, uma

No início da manhã, pelo menos duas vezes na semana, Rodrigo faz a barba do jeito que dá, usando escasso material de higiene e sem se incomodar com aqueles que transitam na calçada da 24 de Outubro, próximo ao Parcão, onde mora há um mês. Enquanto isso, Adriana e Francisco, que hoje vivem numa calçada do bairro Azenha, não desistiram de voltar para a casa que tiveram que abandonar porque estava caindo



mo técnico em química, torpecente. Os problemas ck demoraram a surgir, minaram na separação e aí é que conheceu a rua. aça Garibaldi, na Cidade a nova companheira, que le conheceu também o é pode imaginar pessoas Como são alvo de todas as melhores pessoas que

os assaltos. Um deles, à condenação de seis anos aiaberto. O julgamento ime, cometido em 2005. a fase da vida quando foi ga e morado em abrigos engajado na luta pelos rua.

priu dois anos em regi- memora em obter defesa Presídio Central. “Aten- ocorre se você estiver enfermeira que não lhe

examina, pergunta se você tem ou não tuberculose ou Aids, e é isso.” Após sete meses em um dos piores presídios do país, Anderson foi transferido para outras casas prisionais. Hoje cumpre condicional.

Saindo da cadeia, o movimento social ressurgiu como uma virada de vida aliada à força de vontade. Participando de plenárias do Orçamento Participativo, foi um dos fundadores do Movimento de População em Situação de Rua em Porto Alegre. A questão é tão importante que está tatuada no braço direito.

Todo o processo de saída da praça, passando pela recuperação do uso de entorpecentes e pela seleção como facilitador social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), teve o acompanhamento da educadora social Veridiana Farias Machado. Eles se conheceram quando ele passou por um abrigo da Capital. “Ela sempre viu um potencial em mim, me incentivou, acreditou que eu sairia das ruas e poderia buscar outras oportunidades.”

Anderson não somente saiu das ruas como pretende chegar aos bancos da Universidade. No próximo vestibular da UFRGS, vai prestar provas para o Bacharelado em Políticas Públicas. Ele passou os últimos dois meses estudando em casa.

Movimento social

A ação do Movimento Nacional de População em Situação de Rua já teve muitos resultados, segundo Anderson. “A galera da rua recebe informações sobre todo e qualquer direito e é reconhecida pelo poder público a partir da mobilização. Só o fato de termos representação na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores para exigir a reabertura do Restaurante Popular – mesmo que parcialmente enquanto o prédio está em obras – já é muita coisa. Além disso, os moradores de rua estão mais conscientes sobre seus direitos ao acesso a todo tipo de serviço”, sustenta.

Segundo ele, a Escola Porto Alegre não foi fechada ainda por conta da ação da entidade, que realizou uma série de protestos e pressões junto à Prefeitura de Porto Alegre. A Secretaria Municipal da Educação alega que a alta evasão escolar e a dificuldade de garantir a frequência dos alunos seriam os motivos para o encerramento das atividades. Em abril de 2015, uma decisão judicial liminar determinou a manutenção do funcionamento da escola.

Recentemente, a prefeitura passou a conceder aluguel social de R\$ 500 para a população de rua, o que também é visto como uma conquista do movimento. É uma solução temporária a fim de retirar pessoas de tal condição, conforme o Departamento Municipal de Habitação (Demhab). Por mês, são ofertadas 50 cotas a famílias e indivíduos nessa situação. Há pré-requisitos para a concessão do benefício, como acompanhamento da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e possibilidade de busca pelo sustento próprio ou recebimento do Bolsa Família. Além disso, um comitê envolvendo moradores de rua, representantes de secretarias de Porto Alegre e da Defensoria Pública se reúne mensalmente para discutir as principais demandas dessa população.

O medo de morrer durante a noite é comum entre os moradores de rua, que temem por sua segurança a céu aberto



Aproximações

A UFRGS tem projetos de extensão com as populações de rua. O principal deles é o *Universidade na Rua*, coordenado pela professora da Escola de Enfermagem Themis Dovera. Oficinas são realizadas em conjunto com os movimentos sociais. A ação teve origem no projeto *Convivências*, em que alunos de diferentes cursos participavam de um dia de oficinas com moradores de rua. A meta é aproximar realidades tão distintas como a da academia e a das ruas.

Em 2011, o grupo manteve o *Projeto Saúde na Praça*, buscando pontos de concentração de população de rua, nos quais, além de avaliar a pressão arterial e as condições gerais de saúde, uma equipe voluntária preparava alimentos para os moradores.

“O *Universidade na Rua* contribui para a formação humana e social dos estudantes, na medida em que eles convivem com populações fragilizadas socialmente. Aprendem a se colocar no lugar do outro, a criar laços verdadeiros e desinteressados. Tenho absoluta certeza de que o projeto ainda será uma experiência de mudança e transformação”, ressalta a professora Themis.

Existe um “modo de vida na rua”, que não deve ser definido como errado. Nem todas as pessoas se ajustam às condições estabelecidas pela sociedade, como ressalta o professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS Fernando Fuão. “Nem todo mundo nasceu para casar e ter filhos ou para trabalhar. Isso é uma tradição europeia-protestante. Não é o modo de vida dos moradores de rua que deve mudar, nós é que precisamos aprender com eles.”

Envolvido com o *Universidade na Rua* e projetos com recicladores de lixo, Fuão destaca que a noção de casa própria também é fruto de normativas sociais. “Eles dizem que moram em tal marquise ou praça. É o olhar de que meu corpo é minha própria casa, não sendo necessária uma residência fixa para existir.” Em dezembro passado, o professor e os extensionistas Pedro Figueiredo e Bruno Cesar EufRASIO de Mello lançaram a coleção *Inscritos no Lixo* pela Editora da UFRGS. A coletânea é composta por três livros com artigos e diários elaborados a partir dos diferentes trabalhos de extensão junto à população de rua.

Defesa e mediação

Os moradores de rua estão, com certeza, entre as pessoas mais vulneráveis em qualquer cidade. De acordo com a Defensoria Pública do Estado, os casos de violência e conflitos são recorrentes envolvendo policiais, moradores ou comerciantes de uma região ou mesmo a ocorrência de brigas entre os próprios habitantes de uma marquise ou parque.

Os conflitos em relação ao uso do espaço público são periódicos, como as tentativas de expulsão dessas pessoas ocorridas no ano passado na Cidade Baixa e no Centro Histórico da capital. Tais ocorrências podem ser mediadas pela Defensoria. “Reclamar de sujeira ou de medo de assalto é uma ação tipicamente preconceituosa. Fazemos a mediação entre o morador do prédio e o morador que fica debaixo da marquise para tratar a questão. Em geral, chega-se a uma solução do conflito. Esses casos raramente se tornam uma ação judicial”, explica a dirigente do Núcleo de Defesa em Direitos Humanos da Defensoria Pública, Alessandra Quines Cruz.

A Defensoria Pública recebeu diversas denúncias sobre “higienização” do caminho dos turistas durante a realização da Copa do Mundo em 2014. “Soubemos de situações relativas à expulsão de pessoas em diversos pontos turísticos, mas não foi possível provar nada, portanto, não houve processos judiciais.”



Perfil da população de rua

Em Porto Alegre, o último estudo oficial mostra que há 1.347 pessoas sem lar. O levantamento foi realizado numa parceria entre a UFRGS e a prefeitura ainda em 2011. Atualmente, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) tem um cadastro de 1,5 mil indivíduos que utilizam os serviços de acolhimento disponibilizados pela prefeitura. O Movimento Nacional de População de Rua contesta os dados, estimando mais de quatro mil moradores. “São informações apenas do Centro da cidade; não foram aos bairros”, critica o integrante da entidade Anderson Ferreira.

Já um dos coordenadores da pesquisa, Ivaldo Gehlen, diz que a margem de erro do estudo é muito pequena. “Cidades do porte de Porto Alegre têm mais ou menos essa quantidade de pessoas sem teto. Mas entendemos que os movimentos sociais reivindiquem números maiores justamente para buscar mais recursos junto às prefeituras. Esse procedimento faz parte da ação social e não é condenável.”

“As principais causas que levam alguém à rua são

A maioria não tem amigos ou companheiros, e essa pode ser mais uma causa a afetar sua saúde

perdas familiares, frustrações financeiras, afetivas, abuso de drogas e álcool. Por isso, observamos muitos idosos, inúmeros com profissão, e pessoas com problemas mentais”, ressalta Gehlen. Ainda de acordo com o estudo, não se modificou a percepção de que existem poucas mulheres vivendo nas ruas – elas representam 21% desse universo.

Os moradores de rua não costumam passar fome ou frio, segundo o professor. De forma geral, essa problemática foi resolvida. De acordo com os pesquisadores, a estigmatização e as ameaças de violência são os principais dilemas. Entre os sem-teto, 65% moram na rua, o que significa que não frequentam abrigos disponibilizados pelo poder público. Dessa forma, a falta de banho é um obstáculo para acessar muito locais. A instalação de banheiros públicos com chuveiros em parques, por exemplo, minimizaria o problema de pessoas como Rodrigo, que vive no Parcão.

Outro indicativo do perfil dos moradores de

calçadas e parques é a solidão, segundo o docente. A maior parte dessa população não tem amigos ou companheiros. Essa pode ser mais uma causa para a incidência de problemas de saúde mental. Além disso, ao contrário da expectativa, muitos habitantes sem-teto não querem voltar para uma residência. “Aqueles pessoas que estão na rua há até cinco anos têm chances mais reais de se adaptarem a um novo lar, mas, à medida que esse tempo vai se prolongando, diminuem muito as chances de retirar uma pessoa de praças ou debaixo de marquises de edifícios”, garante o pesquisador.

Outro dado relevante vem do acompanhamento de moradores de rua a partir do Movimento Nacional ligado a esse público. Problemas na infância vão se refletir na fuga de um lar para as ruas. “A grande maioria dos jovens que vão morar na rua passou a adolescência em abrigos ou fugiu desses locais. Dessa forma, podemos pensar nas falhas dessa política de abrigagem”, ressalta Anderson Ferreira.